RELATÓRIO TÉCNICO

Diagnóstico da Região 7 -
União da Vitória e Irati para subsidiar os Planos Regionais de Desenvolvimento Produtivo

FASE II
PARANÁ PRODUTIVO
DESENVOLVENDO O ESTADO DO FUTURO

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

SUMÁRIO

1. REGIÃO 7 - IRATI E UNIÃO DA VITÓRIA 3
1.1 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO – Introdução 3
1.2 Demografia 4
1.3 Educação 10
1.4 Saúde 22
1.5 Setor Privado 27
1.6 Infraestrutura 35
1.7 Considerações Acerca da Região 38
2. OFICINAS REALIZADAS COM A REGIÃO 07 – Irati e União da Vitória. 40
2.1 Oficina de Mobilização e Diagnóstico 40
2.2 Oficina de Oportunidades de Parcerias 45
2.3 Oficina de Priorização 52
3. ANÁLISE DOS DESAFIOS PRIORIZADOS EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO 57
3.1 Considerações e síntese dos levantamentos do diagnóstico socioeconômico e da oficina de mobilização 59
3.2 Convergência das prioridades regionais com os Programas do Governo do Estado do Paraná 63

1. REGIÃO 7 - IRATI E UNIÃO DA VITÓRIA

1.1 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO – Introdução

Este relatório integra um trabalho de diagnóstico elaborado a partir do mapeamento de dados socioeconômicos e indicadores de oito regiões a serem atendidas pelo *Programa de Desenvolvimento Produtivo Regional Integrado*, que de maneira resumida, é chamado de *Paraná Produtivo*. Neste relatório são apresentados os resultados da Região 7, que está localizada ao sul do Paraná, em uma superfície territorial de 15.660 km^2. Esta região, ocupa o equivalente a 7,8% do território total do estado, é composta por 19 municípios, listados a seguir: Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, Fernandes Pinheiro, General Carneiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Mallet, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, São Mateus do Sul, Teixeira Soares e União da Vitória.

Nas próximas seções serão apresentadas informações sobre a Região 7, por meio da análise de dados socioeconômicos organizados em 2021, durante a realização de um conjunto de oficinas na região. Além desses dados, também serão utilizados resultados de censos ou estudos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Ministério do Trabalho e Previdência. A apresentação das informações, bem como as análises e interpretação, está organizada e obedecerá a uma divisão em seções associadas a um conjunto de cinco temas:

- Demografia;
- Educação;
- Saúde;
- Setor Privado;
- Infraestrutura.

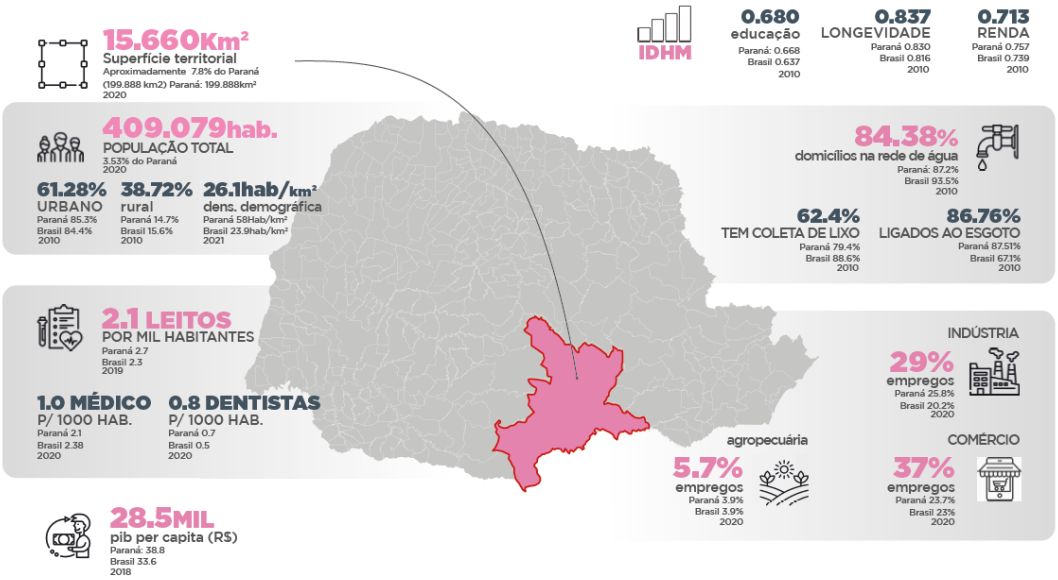
O Programa Paraná Produtivo é organizado em eixos que se relacionam na construção do desenvolvimento econômico. Portanto, demografia, educação e saúde fazem parte do Eixo Pessoas, setor privado faz parte do Eixo Sistemas Produtivos e o último tema faz parte do Eixo Infraestrutura. O Eixo Governança articula todos os temas envolvendo as comunidades das regiões no desenvolvimento dos Planos de Desenvolvimento Produtivo Integrado.

Na seção em que se trata da demográfica serão apresentados dados e indicadores vinculados à projeção populacional, densidade demográfica, bem como um perfil populacional de acordo com extratos de faixa etária e sexo. A seção destinada a educação apresenta um diagnóstico da região a partir de indicadores ligados a esse setor, tais como número de matrículas, índice de desenvolvimento da educação, distorção idade-série, bem como os respectivos impactos nos dados socioeconômicos. Já na seção dedicada ao setor privado, é feito um diagnóstico ligado à movimentação da economia, renda e características dos empregos na região. Na seção dedicada à saúde, é apresentado um diagnóstico da disponibilidade de leitos, médicos e dentistas, na região, além de um panorama sobre as taxas de mortalidade infantil. Por fim, na seção dedicada à infraestrutura, é apresentado um balanço relacionado à coleta de lixo, conexão com rede de água tratada e rede de esgoto. Na mesma seção também é apresentado um panorama a respeito das telecomunicações, particularmente em relação à telefonia móvel, e do acesso à energia elétrica em propriedades rurais.

Em todas as seções, o diagnóstico é acompanhado de comparações em relação a dados socioeconômicos do estado do Paraná e do Brasil. Para facilitar a visualização inicial das informações, a Figura 1 apresenta uma perspectiva geral de alguns dos dados relevantes da
Em todas as seções, o diagnóstico é acompanhado de comparações em relação a dados socioeconômicos do estado do Paraná e do Brasil. Para facilitar a visualização inicial das informações, a Figura 1 apresenta uma perspectiva geral de alguns dos dados relevantes da

região. Esses dados, que serão alvo de comentários nas seções apresentadas a seguir, representam o cenário disponível no momento em que foram realizadas as oficinas na região.

Figura 1: Dados relevantes – Região 7



Fontes: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e Ministério do Trabalho e Previdência.
Nota: Os valores de IDH-M (Educação, Longevidade e Renda) dizem respeito ao município melhor colocado da região em 2010, União da Vitória.

1.2 Demografia

Pontos de Atenção:

- A região é composta primordialmente por municípios de pequeno porte com certa homogeneidade;
- Densidade demográfica menor que a média do Paraná;
- A concentração de pessoas que vivem na área urbana é de, aproximadamente, 61% e na zona rural de, aproximadamente, 39%, o que demonstra estar acima da média estadual e nacional, carecendo de estratégias para manter os jovens no campo;
- A região tem uma tendência de crescimento populacional nessa década, seguida de decréscimo, conforme a mesma tendência do Paraná e do Brasil;
- RDJ menor que a média estadual e nacional.

Como indicado na seção anterior, a Região 7 é composta por 19 municípios e reúne, uma população estimada para 2020[1] de cerca de 409.079 habitantes, o que representa 3,53% da população paranaense. Os habitantes dos municípios que compõem a região estão bem distribuídos pelo território, sendo que o município que concentra maior quantitativo populacional é Irati, com 61.439 habitantes, o que representa 15%. Além dele, mais dois municípios possuem população com mais de 50 mil habitantes, Prudentópolis e União da Vitória. Já os municípios de São Mateus do Sul e Imbituva contam com uma população com menos de 50 mil e mais de 20 mil habitantes. Pode-se considerar que a Região 7 é composta por municípios de pequeno porte,

[1] Fonte: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES, Projeção da população dos municípios paranaenses, 2020 a 2040.

particularmente quando comparados com centros como Curitiba (1,95 milhão), Maringá (454.146) ou Cascavel (332.333).

Segundo projeções do IPARDES, em 2020 densidade demográfica da Região 7 era de 26,1 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km^2), menor que a do estado do Paraná, de aproximadamente 58 hab/km^2, entretanto apresenta-se com maior densidade demográfica quando comparada à média brasileira[2], de 23,8 hab/km^2. Para se ter uma ideia da escala em que a densidade demográfica da região se encontra, o município paranaense com a maior densidade demográfica é Curitiba, com 4.078,56 hab/km^2, sendo a 7ª maior densidade dentre as capitais brasileiras e a 23ª dentre todas as cidades do país. Tipicamente, capitais e regiões metropolitanas possuem maiores valores de densidade demográfica por causa do processo de verticalização das moradias, o que, neste caso, indica que um processo de verticalização das construções ainda não é observado na Região 7.

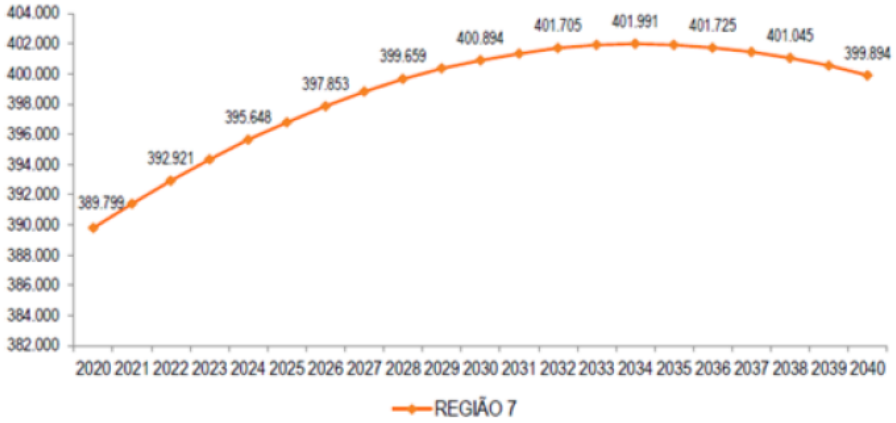
A população da Região 7 se distribui de forma bastante pulverizada, um município concentra 15% da população regional, com maior quantitativo populacional, Irati com 61.439. Entretanto, existe uma significativa diferença entre a população dos menores municípios em relação aos mais populosos. Como exemplo dessa discrepância, segundo projeções do IPARDES em 2020, a população do menor município - Porto Vitória com 4.131 habitantes, sendo a cidade menos populosa, e Irati a mais populosa. Ainda segundo as mesmas projeções, somente a população dos três maiores municípios, Irati (61.439), União da Vitória (57.017) e Prudentópolis (51.023), concentravam cerca de 39% da população total da região, o que pode indicar a necessidade ações específicas que considerem o tamanho dos demais municípios. Estas projeções obtidas para a população dos municípios da Região 7 não são diferentes do que ocorre em escala estadual ou nacional. De acordo com dados do mais recente censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Paraná, quase 83% dos municípios possuem menos de 30 mil habitantes, enquanto no Brasil esse valor é próximo de 80%. Na Região 7, somente 5 municípios apresentam mais de 30 mil habitantes.

Outro aspecto relacionado à densidade demográfica da Região 7, é a distribuição da população entre as zonas rural e urbana, como indicado na Figura 1. De acordo com o censo de 2010, dado disponível no momento da realização das oficinas, 61,28% da população da Região 7 morava na zona urbana, enquanto 38,72% moravam na zona rural. Apesar de estar ligado a uma tendência geral das cidades, esses dados apresentam uma diferença considerável em relação ao estado do Paraná e ao Brasil. No mesmo período, 85,3% dos paranaenses habitavam na zona urbana e 14,7% moravam na zona rural. No Brasil, também de acordo com o censo de 2010, a população urbana era de 84,35% e a rural de 15,65%, resultados próximos daqueles obtidos para o Paraná. Esta diferença na distribuição populacional da Região 7 em relação ao Paraná e ao Brasil, pode ter consequências no perfil das atividades econômicas e na atuação do setor produtivo da região, indicando a necessidade de ações que possibilitem a melhoria da qualidade de vida das pessoas considerando o lugar onde vivem, e que favoreçam o desenvolvimento regional de acordo com as peculiaridades do território.

O Gráfico1 mostra que a população total seguirá crescendo até 2034, atingindo seu ápice com aproximadamente 402 mil habitantes. Dos 19 municípios da região e seguindo as previsões do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), apenas oito vão ter crescimento populacional até 2040, entre eles, os mais representativos são: Guamiranga, Imbituva, Paula Freitas, Rio Azul e São Mateus do Sul.

[2] Fonte: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37238-pais-tem-90-milhoes-de-domicilios-34-a-mais-que-em-2010#:~:text=Com%20o%20aumento%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,(km%C2%B2)%20no%20mesmo%20per%C3%ADodo.

GRÁFICO 1 – População Projetada da Região 7 entre 2020 e 2040



FONTE: IPARDES, População projetada dos municípios paranaenses, 2020 a 2040.

O Gráfico 1 apresenta uma projeção populacional da Região 7 entre os anos de 2020 e 2040. Por esta projeção, a região tem uma tendência de crescimento populacional nos próximos 11 anos. Além do já exposto, a Região 7 tem uma tendência inicial de crescimento e posterior decréscimo populacional entre 2020 até 2040.Existe uma significativa diferença entre a população dos menores municípios em relação aos mais populosos.

A Região 7 tem uma tendência de crescimento populacional, chegando em 2034 no maior contingente e, depois, apresentando leve queda ao longo dos próximos anos, com um aumento projetado de 10.095 pessoas no fim do período, representando acréscimo de 2,6% de sua população regional do início da série. Em 2034, chega- se ao maior contingente de população e depois começa um processo de decréscimo. Na região, onze municípios têm tendência de perda populacional e outros oito apresentam crescimento entre 0,3 a 12,7%.

Deve-se lembrar de que são municípios de pequeno porte e algumas centenas de pessoas fazem grande impacto no total. No mesmo período, a população estadual tem tendência de crescimento de 8,9% até 2040, com incremento de 1.025.638 pessoas.

Ao mesmo tempo, as mesmas projeções indicam que a população estadual apresenta uma tendência de crescimento de 8,9% até 2040, com incremento de cerca de 1.000.000 de pessoas[3] atingindo um total de 11.363.051 habitantes. Estas projeções combinam com o resultado do Censo Demográfico de 2022[4], que já indica um ganho populacional do estado em 1 milhão de habitantes, entre 2010 e 2022, com média de 0,76% ao ano. O mesmo censo indica que a maioria dos municípios com as menores taxas de crescimento vegetativo, entre 2010 e 2022. A dinâmica populacional do estado foi fortemente impactada pela pandemia do coronavírus, o que pode levar a diferenças em relação às projeções e que deverá ser alvo de análise nos próximos censos. Apesar disso, o componente vegetativo[5] atuou de forma positiva no crescimento populacional de todos os municípios paranaenses, mas com desempenho que parece ser influenciado por fatores estruturais, como a estrutura etária da população.

Por sua vez, o componente migratório foi fundamental para o incremento populacional verificado no estado, respondendo por cerca de 8% do ganho de quase um milhão na população paranaense. Regionalmente, os processos migratórios possuem forte correspondência com a dinâmica das principais aglomerações urbanas do Estado. Como a Região 7 não está localizada

[3] Fonte: IPARDES, População projetada dos municípios paranaenses, 2020 a 2040.
[4] Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2023-10/bol_jul_ago_2023.pdf
[5] O componente vegetativo é obtido pela diferença entre o número de pessoas que nascem (natalidade) e o número de pessoas que morrem (mortalidade). Fonte: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf

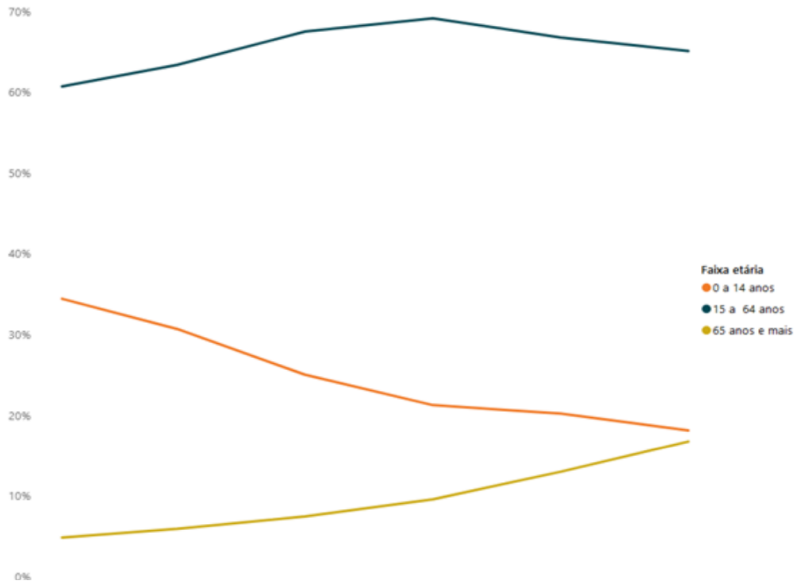
nas imediações de grandes centros, como Curitiba, grandes corredores rodoviários, é possível que este componente não exerça grande influência da dinâmica populacional da região. Entretanto, circunstâncias que favoreçam o crescimento econômico da região, particularmente do setor produtivo, podem alterar a dinâmica migratória da região.

No caso do Brasil, um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)[6], em 2023, indica que a população do país deverá chegar a cerca de 209 milhões em 2040, crescimento de pouco menos de 0,6% em relação aos 207,8 milhões de habitantes estimados em 2023 pelo IBGE. O estudo do IPEA, entretanto, indica que a população brasileira deve crescer até 2030, quando então passará a apresentar decréscimo.

No Brasil é comum que a população jovem de regiões periféricas a centros comerciais migre à procura de oportunidades de emprego e educação. Contudo, percebe-se um aumento populacional na Região 7, conforme observado no Gráfico 1, a qual acompanha as taxas de crescimento até 2034. Esta projeção acompanha o estado do Paraná e do Brasil, as quais também apresentam tendência de decréscimo a partir de 2034. Esta queda populacional pode ocorrer não somente devido a processos migratórios, mas possivelmente também pela queda nas taxas de natalidade. Observa-se que este resultado deva ser alvo de estudos adicionais no futuro, corroborando com as perspectivas de planejamento do estado do Paraná.

O Gráfico 1 apresenta um acréscimo populacional na região nos próximos anos e só depois disso passa a ter um decréscimo. Esta curva populacional se assemelha ao do Paraná e do Brasil, que terá decréscimo a partir de 2030. Esta tendência indica que a queda pode ocorrer não somente devido a processos migratórios, mas possivelmente também pela queda nas taxas de natalidade. No Brasil é comum que a população jovem de regiões periféricas a centros comerciais migre à procura de oportunidades de emprego e educação. Este fato deve ser analisado com cautela nesta região, haja vista que os municípios, predominantemente, são os de pequeno porte. Observa-se que esta análise deva ser alvo de estudos adicionais no futuro, corroborando com as perspectivas de planejamento do estado do Paraná.

GRÁFICO 2 – Proporção populacional projetada por faixa etária na Região 7



FONTE: IBGE. Dados Extraídos da Base de Dados do Estado - BDEWeb, 2021.

[6] Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): A Dinâmica Demográfica e a Pandemia: Como Andará a População Brasileira?, disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=2863b67e-eadc-4848-9537-064c9e5370c1, 2023.

O Gráfico 2 apresenta uma projeção populacional por faixa etária na Região 7, desde 1990 até 2040[7], no qual é possível perceber mudanças importantes na estrutura etária da população. Pela projeção mostrada no gráfico, é possível verificar que a quantidade de pessoas nos estratos populacionais mais jovens (de até 15 anos de idade) e idosos (com idade superior a 65 anos) possuem tendência de se encontrarem próximo ao ano de 2040, ou seja, a população idosa será equivalente em quantidade à população jovem. Essa convergência ocorrerá mais tarde na Região 7 em comparação com a média do Paraná, onde é esperado que aconteça apenas em 2038.

Com a projeção apresentada no Gráfico 2 indica-se um crescimento pequeno de jovens e posteriormente um decréscimo na idade. Esses números apontam a tendência de envelhecimento dos moradores da região, que a partir de 2034 também tende a ter um decréscimo populacional, conforme observado no Gráfico 1. A partir de 2034 a população da Região 7 inicia um processo de envelhecimento, o que pode ter impactos no dinamismo da força de trabalho, além de alterar expressivamente a composição da demanda e oferta de serviços. A tendência de envelhecimento populacional pressupõe uma mudança em diversas áreas como a saúde, comércio e serviço, pois as necessidades da população mais jovem são diferentes da população com mais idosa. Além disto é necessária a avaliação de cenários macroeconômicos e previdenciários de longo prazo para o Brasil, tendo em vista a tendência de envelhecimento da população, em alguns cenários, já a partir de 2020[8].

No Gráfico 3 é apresentado o comportamento da Razão de Dependência da População Jovem[9] (RDJ) para os municípios da Região 7, bem como para o estado do Paraná. O valor médio deste indicador para a Região 7 é de 31,0, número menor que o resultado observado para o Paraná (44,4) e a do Brasil (44,3). Interpreta-se o valor da razão como a cada 100 pessoas potencialmente economicamente ativas nessa região, 31 são economicamente dependentes. Ainda é um período em que a população dependente é menor do que a metade da população economicamente ativa, assim o gasto assistencial com o segmento pode ser menor.

Embora a RD Total para a Região 7 seja menor do que a média do estado e do país, indicando que é necessário planejamento de políticas públicas que visem o atendimento da população que ainda não é economicamente ativa.

Do ponto de vista do diagnóstico da região estudada, a RDJ (razão de dependência jovem) pode ser utilizada como parâmetro para avaliação do envelhecimento populacional e da carga econômica sobre segmentos populacionais potencialmente mais produtivos. Considerando os resultados mostrados nos Gráficos 1 e 2, é possível supor que com o passar dos anos seja necessário o escalonamento de ações ligadas a oferta de serviços, melhoria na renda da população ou sobre o comportamento da força de trabalho na região.

Na Região 7, nenhum município possui a razão de dependência da população idosa (RDI) maior do que a razão de dependência da população jovem (RDJ), assim, significa que há um trabalho a ser feito com os mais jovens para incorporar sua potencialidade produtiva. Somente Bituruna e Inácio Martins possuem razão de dependência total levemente maior que 50,0.

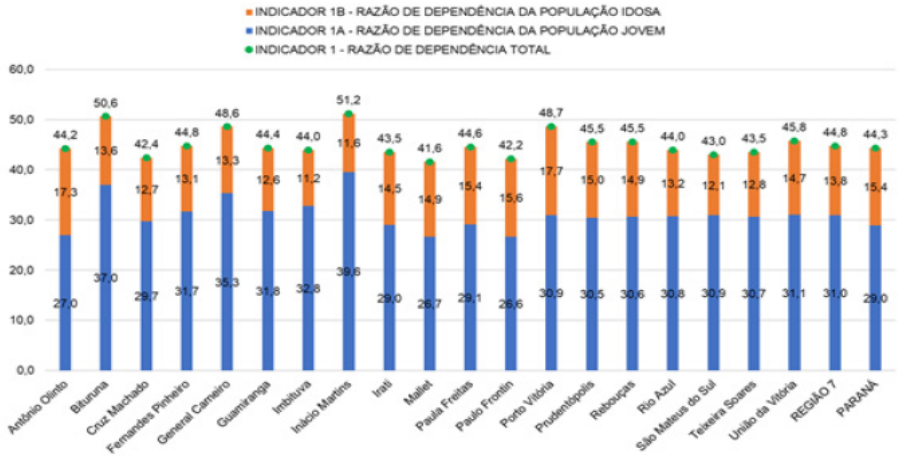
Considerando os resultados mostrados nos Gráficos 1 e 2, é possível supor que há uma tendência de aumento da RD na próxima década, indicando a necessidade de escalonamento de ações ligadas a oferta de serviços, melhoria na renda da população ou sobre o comportamento da força de trabalho na região.

[7] Fonte: Paraná Produtivo, BI, 2022, acesso em https://www.paranaprojetos.pr.gov.br/

[8] Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): A Dinâmica Demográfica e a Pandemia: Como Andará a População Brasileira?, disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=2863b67e-eadc-4848-9537-064c9e5370c1, 2023.

[9] A Razão de Dependência da População Jovem é obtida pela razão entre o segmento etário definido como dependente, pessoas idosas com 65 anos ou mais e pessoas com menos de 15 anos de idade, pelo segmento etário potencialmente produtivo (RD). Trata-se de um indicador utilizado para medir a participação do contingente populacional potencialmente inativo, aquele que a sociedade aquele que a sociedade deveria sustentar pela sua parcela potencialmente ativa.

GRÁFICO 3 – Razão de Dependência da População Jovem (RDJ), Idosa (RDI) e total para Municípios, Região 7 e Paraná em 2020



Fonte: IBGE, Extraídos da Base de Dados do Estado e elaborado pelo IPARDES, 2020.

Como observado ao longo desta seção, a tendência demográfica indica um crescimento populacional na próxima década, e posteriormente um decréscimo. Além disso, nota-se uma leve queda na parcela produtiva (dos 15 aos 64 anos) também na próxima década. Diante deste contexto é necessário pensar em múltiplas ações que permitam que as pessoas em idade produtiva tenham melhores capacitações técnicas, uma educação básica de qualidade que permita o acesso às universidades e instituições de ensino superior.

Outro ponto que merece destaque é a taxa de ocupação da zona rural, em uma região na qual os municípios são de pequeno porte. Neste sentido orienta-se o planejamento estratégico que possibilite aos jovens permanecer e desenvolver o território em que estão inseridos, evitando o êxodo rural. Porém é necessário pensar em formas diversas que melhore as condições da educação no campo. Além disto com o envelhecimento da população o estado precisa estar organizado para suprir as demandas previdenciárias da população. Os municípios precisam ter uma infraestrutura adequada para cuidar e dar dignidade para os idosos, com cuidados básicos de saúde, infraestrutura, espaços de lazer e convivência.

Dentre os desafios apresentados no diagnóstico associado ao eixo da demografia, estão presentes os desafios de uma população que crescerá nos próximos anos, que apresenta uma força de trabalho produtiva em razão do elevado número de jovens e adultos que a região disponibiliza. Diante deste cenário é impreterível políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população, oferta de uma educação pública de qualidade, além da melhoria de capacitação da mão de obra, principalmente nas questões referentes às tecnologias, haja vista que os moradores jovens e adultos da região contabilizam uma parcela considerável da população.

Na próxima seção, questões relacionadas ao prisma educacional serão discutidas, pois apresentam uma preocupação latente, principalmente quando há um acréscimo populacional nos próximos anos, como é o caso da Região 7. Nesse contexto, ações voltadas à educação podem ser estratégicas para o desenvolvimento da região. Em consonância com os dados demográficos, a educação também requer ações específicas, ou seja, as ações voltadas ao planejamento territorial podem viabilizar o crescimento sustentável do território.

1.3 Educação

Pontos de Atenção:

- Os dados indicam que é preciso aprofundar a pesquisa visando estratégias que busquem aumentar a nota do IDEB do ensino médio;
- A região precisa de maior investimento na educação do campo, haja vista um número significativo de pessoas que moram na zona rural;
- No ensino profissional, há um bom espaço para crescimento da rede Federal, assim como da iniciativa privada, cuja participação é próxima de zero;
- Ensino superior majoritariamente privado;
- IDH-M educacional acima da média estadual e nacional;
- A distorção idade-série, que afeta predominantemente o gênero masculino, aumenta conforme a escolaridade avança na região; no entanto, a média ainda está abaixo da estadual e da nacional;
- Baixo índice de pessoas com nível superior empregadas, ficando abaixo das médias estadual e nacional; mesmo com as mulheres representando a maioria entre os indivíduos com ensino superior, elas ainda constituem minoria no que se refere à proporção de empregos formais.

Após um panorama geral e a apresentação demográfica da Região 7, esta seção apresentará os dados e os desafios relacionados às questões educacionais. Destaca-se que a educação é um direito público subjetivo, que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, atrelado à qualificação para o trabalho[10]. Neste viés, é relevante observar determinados dados educacionais, articulando-os às questões socioeconômicas da região.

No Paraná, em 2019, 1,4 milhão de estudantes estavam matriculados no ensino fundamental[11], dos quais 47,2 mil estudavam em escolas localizadas nos municípios da Região 7. A Rede Pública era responsável por atender a maioria destes estudantes, respondendo por 85,1% das matrículas no estado e 93,7% na Região 7 (MC/INEP, BDEweb IPARDES, 2020).

No Brasil, em 2022[12], registraram-se 7,9 milhões de matrículas no ensino médio, um aumento de 1,2% em relação a 2021), indicando a tendência de crescimento que chega a 5,4% desde o início da ascendência dessa curva, em 2019. A rede estadual tem a maior participação nessa etapa, com 84,2% das matrículas, atendendo 6,6 milhões de estudantes, e as escolas públicas representam 87,7% desse total. A rede federal, por sua vez, participa com 232 mil estudantes, 3% do total, enquanto a rede privada possui cerca de 971,5 mil matriculados, 12,3% do total. A partir desses números, observa-se o papel estratégico que a rede estadual pode exercer em projetos voltados ao desenvolvimento de qualquer região.

O estado do Paraná, em 2020, contava com uma rede de 2.131 escolas públicas estaduais, perfazendo o montante de 1.040.625 matrículas (Educação básica, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial)[13]. A estes dados agregam-se 45.440 docentes para os atendimentos da oferta na Rede de Ensino do Paraná[14]. Destes 5.168 docentes estavam alocados na região 7. A taxa de aprovação no Paraná, nas escolas estaduais em 2020, era de 98,9% para os anos iniciais do ensino fundamental, de 96,3% para os anos finais e 91,3% para o ensino médio.

[10] As questões legais apresentadas pautam-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: .
[11] A Constituição Federal de 1988, determina que os estados atuem no ensino fundamental e médio. O estado do Paraná oferta em maior número vagas de anos finais - ensino fundamental e todos os anos do ensino médio.
[12] Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2022
[13] Dados extraídos das Bases de Dados Oficiais do Estado, BDEweb – IPARDES.
[14] Os dados encontram-se disponíveis em: https://gedu.org.br/uf/41-parana/censo-escolar.

Nas Tabelas 1 e 2 são apresentados dados referentes às matrículas e ao número de estabelecimentos educacionais. Com relação às matrículas na educação básica, o Paraná (Tabela 2) apresenta os seguintes dados: A rede municipal e a rede estadual somam 81,6% das matrículas, a rede particular é representada por 17,8% e a rede federal é responsável pela oferta de 0,59% das matrículas. No caso dos estabelecimentos, no Paraná (Tabela 2), as redes municipal e estadual somam 77,4% do total, enquanto a rede particular possui 22,8% e a rede federal 0,32% dos estabelecimentos.

Os dados para a Região 7 referentes as matrículas no ensino fundamental (Tabela 1) são apresentados da seguinte forma: 47,1% das matrículas estão na rede municipal, 43,1% das matrículas estão na rede estadual e 9,2% na rede particular. O comportamento da região apresenta uma leve diferença com alguns dados do Paraná (Tabela 2), no qual 42,9% das matrículas estão na rede municipal, 38,6% na rede estadual e 17,8% na rede particular. Em relação aos estabelecimentos que ofertam ensino fundamental na Região 7 (Tabela 1), nota-se que 88,4% estão vinculados a uma rede pública: municipal ou estadual, enquanto 11,2% estão vinculados à rede particular.

TABELA 1: Distribuição de matrículas e estabelecimentos de ensino na Região 7, conforme a rede de oferta – 2022

REGIÃO 07					
Matrículas na Educação Básica (2022)		**Rede Federal**	**Rede Estadual**	**Rede Municipal**	**Rede Particular**
Total	80.207	0,66%	43,07%	47,08%	9,19%
Pré-Escola	10.019		0,04%	92,10%	7,87%
Ensino Médio	14.991	3,46%	91,59%		4,95%
Ensino Fundamental	44.750		42,04%	51,79%	6,18%
EJA, no Ensino Médio	1.359		58,79%		41,21%
EJA, no Ensino Fundamental	1.804		33,15%	5,88%	60,98%
Educação Profissional	3.877	13,67%	69,95%		16,38%
Educação Especial - Classes Exclusiv	1.528			11,71%	88,29%
Creche	6.066			86,68%	13,32%
Estabelecimentos de Ensino (2022)					
Educação Básica - Total	448	0,45%	22,10%	66,29%	11,16%
Pré-Escola	281		0,36%	87,19%	12,46%
Ensino Médio	97	2,06%	85,57%		12,37%
Ensino Fundamental	340		27,35%	62,65%	10,00%
EJA, no Ensino Médio	14		85,71%		14,29%
EJA, no Ensino Fundamental	41		24,39%	29,27%	46,34%
Educação Profissional	30	6,67%	70,00%		23,33%
Educação Especial - Classes Exclusiv	46			63,04%	36,96%
Creche	115			71,30%	28,70%
Matrículas Educação Superior (2021)	15.491	1,81%	16,96%	3,25%	77,97%
Instituições de Ensino Superior (2021	3			33,33%	66,67%
Docentes Educação Superior (2021)	216			43,98%	56,02%
Concluintes Educação Superior (2021	2.215	1,40%	20,09%	7,36%	71,15%

Fonte: MEC/INEP, BDEweb IPARDES, 2023. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php.

Outro dado apresentado na Tabela 1, que merece atenção, é a participação da rede particular na oferta de ensino fundamental para jovens e adultos (EJA), com aproximadamente 61% das matrículas e 46,3% dos estabelecimentos. Com relação as matrículas, nesta modalidade, as redes municipais e estaduais, perfazendo o total de 39%, um dado bem abaixo da rede privada. No que tange a educação de jovens e adultos, a Tabela 2 mostra que no caso do Paraná, a participação de instituições públicas aumenta, com 57,1% de matrículas nas redes municipal e estadual, ficando o restante de 42,9%, para a rede particular. Se por um lado é interessante o investimento do setor privado na educação, por outro lado os números da Região 7 apontam que uma parcela considerável de pessoas cursa a educação de jovens e adultos. Fato este que sinaliza a importância de uma educação pública que não exclua os alunos, mas que possibilite a todos a adequação idade-série, evitando a distorção e a evasão escolar.

No caso do ensino médio, na Região 7 (Tabela 1) a rede estadual registra 91,6% das matrículas, enquanto a rede federal registra 3,5% das matrículas e a rede particular 4,9%. Mais de 85% dos estabelecimentos onde o ensino médio é oferecido pertencem à rede estadual. Na educação de jovens e adultos (EJA), no ensino médio (Tabela 1) a rede estadual concentra 58,8% das matrículas, com mais de 85,7% dos estabelecimentos no ensino médio, contra 41,2% de matrículas na rede privada, com 14,3% dos estabelecimentos que ofertam esta modalidade. No Paraná, 85,06% das matrículas no ensino médio estão na rede estadual, enquanto 13% estão na rede particular e apenas 1,9% na rede federal. No caso do ensino médio na educação de

jovens e adultos, cresce a participação da rede particular nas matrículas, com 26,9%, enquanto a rede estadual aparece com 72,8% e a rede federal com 0,22%.

Ao observar os dados da Região 7, no que se refere à educação profissional, a rede estadual também responde pela maioria das matrículas, com 69,9% do total, enquanto a rede federal possui 13,7% e a rede privada 16,4%. No caso do ensino médio e da educação profissional, a rede estadual se destaca na região, porém projetos ligados ao desenvolvimento da região também devem receber investimentos na rede federal, que possui apenas 8,7% do total de estabelecimentos destinados à oferta do ensino médio e da educação profissionalizante.

No estado do Paraná, a educação profissional possui uma participação significativa da rede municipal, com 33% das matrículas, enquanto a rede federal responde por 10,7%, mas a rede estadual continua tendo a maior parte das matrículas, com 56,2% das matrículas.

No caso da Região 7, a participação da rede federal poderia ser ampliada na oferta do ensino médio e, principalmente, na educação profissional. Outra modalidade de atendimento com espaço para crescimento da rede federal na Região 7 é a educação profissional de jovens e adultos, o chamado PROEJA, isso porque atende um público que já está atuando no mercado de trabalho e necessita de qualificação técnica e científica.

TABELA 2: Distribuição de matrículas e estabelecimentos de ensino no Paraná, conforme a rede de oferta

Matrículas na Educação Básica (2022)		Rede Federal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Particular
Total	2.482.415	0,59%	38,64%	42,93%	17,84%
Pré-Escola	289.331		0,28%	82,10%	17,61%
Ensino Médio	428.566	1,91%	85,06%		13,03%
Ensino Fundamental	1.380.369		38,39%	46,97%	14,60%
EJA, no Ensino Médio	37.477	0,22%	72,92%		26,86%
EJA, no Ensino Fundamental	57.818		42,20%	14,94%	42,86%
Educação Profissional	125.155	10,72%	56,25%	33,03%	
Educação Especial - Classes Exclusivas	45.218		0,88%	17,96%	81,15%
Creche	230.673		0,03%	74,20%	25,77%
Estabelecimento de Ensino (2022)					
Educação Básica - Total	9.453	0,32%	22,30%	55,10%	22,28%
Pré-Escola	5.136		0,92%	69,59%	29,50%
Ensino Médio	2.052	1,41%	77,34%		21,25%
Ensino Fundamental	6.132		31,12%	49,36%	19,50%
EJA, no Ensino Médio	334	0,30%	88,62%		11,08%
EJA, no Ensino Fundamental	1.050		26,10%	35,62%	38,29%
Educação Profissional	731	3,83%	77,56%		18,60%
Educação Especial - Classes Exclusivas	1.024		0,68%	60,94%	38,38%
Creche	3.658		0,05%	57,87%	42,07%
Matrículas Educação Superior (2021)	629.568	11,11%	10,60%		78,14%
Instituições de Ensino Superior (2021)	170	2,35%	4,12%	1,76%	91,76%
Docentes Educação Superior (2021)	27.482	23,27%	27,77%	0,63%	48,33%
Concluintes Educação Superior (2021)	93.416	4,97%	10,83%	0,26%	83,93%

Fonte: MEC/INEP BDEweb IPARDES, 2023. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php.

Nota-se, por esses dados, que os municípios e o estado concentram a grande maioria das matrículas na educação básica, e o enfrentamento dos desafios deste nível passam por ações que articulem as duas esferas administrativas.

Quanto ao ensino superior na Região 7, a grande maioria das matrículas está na rede particular, com valores aproximados de 78% do total, sendo que esta rede se constitui em 66,7% das instituições. A rede estadual possui 17% das matrículas, enquanto a rede federal e a rede municipal atendem, respectivamente, apenas 2% e 3% do total de matrículas no ensino superior. Quando se considera apenas as instituições voltadas ao ensino superior, a rede privada possui 2/3 do total, ficando 1/3 para as demais redes[15]. No estado do Paraná, novamente a participação da rede particular se destaca, com 78,1% das matrículas e 91,8% das instituições, ficando as redes federal e estadual com 21,7% das matrículas e 6,5% dos estabelecimentos de ensino superior.

[15] Neste levantamento estão sendo consideradas apenas instituições que possuem reitoria/sede administrativa na região, assim, instituições públicas (estaduais ou federais) que ofereçam ensino superior, possuindo apenas campus na região, não foram contabilizadas.

Embora o investimento do setor privado no ensino superior seja importante, a presença de instituições públicas é fundamental, tanto para ampliar o acesso das pessoas, principalmente as de baixa renda, quanto para aproximar a região do sistema nacional de ciência e tecnologia. Sabe-se que a maioria das pesquisas no Brasil ainda é realizada em instituições públicas. Assim, o ensino superior manifesta-se como um desafio ao setor público na Região 7, pois projetos ligados ao desenvolvimento da região devem englobar uma maior presença de instituições públicas, sejam federais ou estaduais, visando o aumento na disponibilidade de matrículas e na ampliação da oferta de diferentes cursos.

Diante deste contexto educacional, faz-se necessário analisar determinados elementos que compõem os dados referentes a educação pública do estado e da região. Um dos principais indicadores utilizados é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)[16]. No ano de 2019, o Paraná atingiu pontuação de 5,1 na avaliação dos anos finais do ensino fundamental, superando a média brasileira de 4,7 (MEC/INEP, BDEweb IPARDES,2020), a série histórica deste indicador pode ser observada no Gráfico 4. Nos resultados do IDEB- relativos a 2021, o estado atingiu a pontuação de 5,2 para os anos finais do ensino fundamental, abaixo da meta que era de 5,5 no do Brasil.

GRÁFICO 4 - Meta da nota do IDEB e nota observada do ensino fundamental dos anos finais - Paraná - 2005 a 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; IDEB - ensino médio, 2019.

Nota-se pelo Gráfico 4, que a partir de 2015, gradativamente as notas do IDEB referentes aos anos finais do ensino fundamental vem aumentando de maneira constante. Esse crescimento é significativo, mas o estado ainda não alcançou a meta projetada no Brasil (5,5). Para que a meta seja alcançada, é fundamental que as médias de proficiência das avaliações de língua portuguesa e de matemática tenham maiores resultados, além disto os níveis de evasão escolar precisam ser zerados e haja aumento nas taxas de aprovações dos alunos.

Ao analisar os dados referentes ao ensino médio, Gráfico 5, no Paraná, a pontuação do IDEB, relativos a 2021, foi de 4,6, superando a média do Brasil de 3,9 pontos (INEP,2022)[17]. Com esta pontuação o Paraná se tornou o estado com a melhor nota no ensino médio do Brasil.

[16] Funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos. Calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep.

[17] Os dados encontram-se disponíveis em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados.

GRÁFICO 5 - Meta da nota do IDEB e nota observada do ensino médio – Paraná - 2005 a 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; IDEB - ensino médio, 2019.

Observa-se que, a partir de 2015, as notas do IDEB no ensino médio vêm aumentando. No entanto, o estado ainda não atingiu a meta projetada a ser alcançada pelos estados de 5,5. Em 2019, o montante de estudantes matriculados no ensino médio nas escolas localizadas nos municípios da Região 7, perfaziam o total de 14.773 matrículas[18].

Tanto o IDEB dos anos finais do ensino fundamental quanto do ensino médio, vem crescendo desde 2015, entretanto ainda não atingiram as metas projetadas pelo governo federal, apesar de ser atualmente o Estado com a melhor nota do ensino médio no Brasil. Para que isto ocorra são necessárias determinadas ações voltadas a uma política educacional comprometida com a oferta de uma educação de qualidade.

Além deste desafio ainda se faz necessário a diminuição das taxas de analfabetismo. Em 2022, o estado do Paraná apresentava 3,9% da população analfabeta, o maior entre os estados da região sul, porém menor que a taxa do Brasil de 5,6% (IBGE,2022).

Outro indicador importante a ser considerado no contexto desta seção, é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal[19](IDHM)[20], que se baseia em três parâmetros, educação, renda e longevidade[21]. Com relação a educação, no momento da realização das oficinas os dados disponíveis indicavam que o IDHM de educação do município em melhor colocação da Região 7 (União da Vitória) era de 0,680, um pouco maior que o do Paraná, que estava em 0,668, e maior que o do Brasil, que era de 0.637. Como este indicador está relacionado a quantidade média de anos de estudo de uma população, é possível dizer que o cenário da região no momento da realização das oficinas era ligeiramente melhor do que a média do estado e do país.

Em 2021, o Paraná ficou com IDHM de 0,769 - sete posições abaixo do Distrito Federal, que apresenta IDHM de 0,814, o maior do país. O IDHM do Brasil é 0,766. Com relação aos 26 estados e ao Distrito Federal, os dados do Paraná eram os seguintes:

- IDHM Educação: 0,780 ocupando a 4º posição;
- IDHM Renda: 0,744, ocupando a 6º posição;
- IDHM Longevidade: 0,785 ocupando a 10º posição.

Para efeito de comparação, em 2021 o estado melhor posicionado era São Paulo com IDHM de educação 0,839, que também apresentava o melhor resultado entre os três indicadores analisados. No mesmo período, o município integrante da Região 7 que apresentava a melhor colocação no IDHM era União da Vitória, com 0,764 no geral (IPARDES, 2021)[22]. Os indicadores de desenvolvimento humano do município melhor colocado na Região 7 (União da Vitória) eram os seguintes:

[18] Fonte: Paraná produtivo. Disponível em: https://paranaprodutivo.com.br/analise-regional-fase-ii/
[19] Os dados encontram-se disponíveis em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pesquisa/37/0
[20] É uma medida composta de indicadores das dimensões do desenvolvimento humano: Educação, longevidade e renda. O índice varia de 0 a 1 e quanto mais próximo a 1, maior será o desenvolvimento. Os dados encontram-se disponíveis em: https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idhm
[21] O IDHM de longevidade e o IDHM de renda serão mencionados na próxima seção. Veja mais sobre "O que é IDH?" em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-idh.htm
[22] Relatório elaborado pelo IPARDES para o Paraná Produtivo.

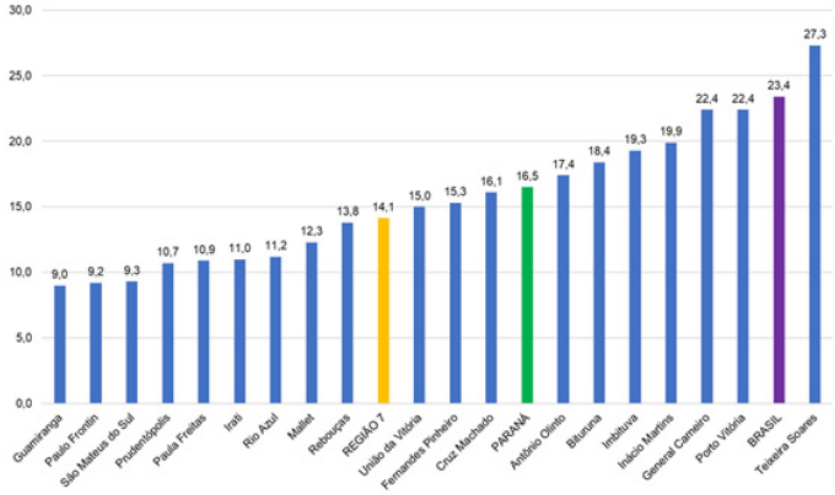
- IDHM Educação de 0,680;
- IDHM Renda de 0,713;
- IDHM Longevidade de 0,837.

Destaca-se que o IDHM longevidade do município União da Vitória é o único maior do que os demais índices do estado. Neste sentido percebe-se a demanda por políticas públicas voltadas à melhoria dos indicadores de renda e educação. Quando comparados os dados de 2021, os indicadores de educação e renda estão abaixo do estado, sinalizando a necessidade de ações planejadas que visem contribuir com o aumento da renda das famílias que moram na região, bem como um maior investimento nas questões educacionais.

Outro ponto que merece análise das questões educacionais, refere-se a distorção idade-série[23]. Essa distorção impacta diretamente os índices educacionais e posteriormente as questões de desenvolvimento econômico da região. Historicamente a distorção série idade é percebida a partir do 3º ano do ensino fundamental, se acentua também no 7º ano do ensino fundamental e na 1ª série do ensino médio (MEC 2020).

Em 2020, a taxa de distorção idade-série no Brasil alcançava 23,4% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental e 26,2% das matrículas do ensino médio[24] (MEC, 2020).

GRÁFICO 6 - Distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental - Municípios, Região 7, Paraná e Brasil - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Censo Escolar - Educação Básica, 2019.

O Gráfico 6 aponta que o Paraná apresenta um desempenho melhor quando comparado ao Brasil, ou seja, um número de estudantes com menor distorção idade- série. Ao analisar os dados da Região 7, apresentados no Gráfico 6, constata-se que 9 municípios apresentam uma distorção idade-série menor que a taxa da região, consequentemente menor que a do Paraná e a do Brasil. Doze municípios apresentam uma taxa de distorção menor que a do Paraná. Seis municípios apresentam uma distorção idade-série maior que a do estado, porém menor que a do Brasil. O município de Teixeira Soares apresenta uma distorção acima da média do Brasil, sinalizando um considerável atraso no rendimento escolar de muitos alunos. Dez municípios apresentam

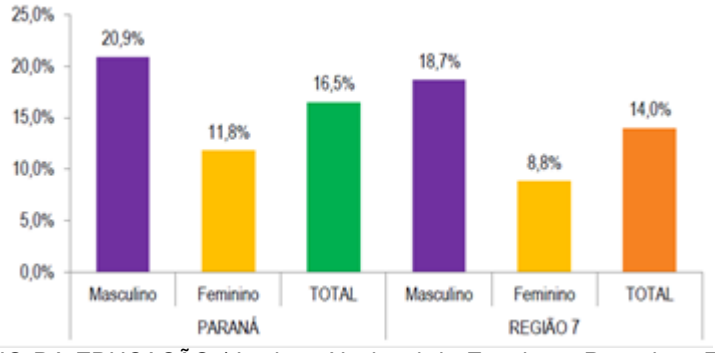
[23] Refere-se a proporção de alunos matriculados com dois anos ou mais acima da idade recomendada para aquelas séries/ ano de ensino. Os dados são coletados pelo Censo escolar, multiplicado por 100 – gerando percentual. Quanto mais alto, pior a defasagem.

[24] Dados disponíveis em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf

distorção acima da média da região, desta forma, faz-se necessária uma política educacional que vise a diminuição destas taxas e promova o enquadramento correto na idade-série dos alunos, como uma das maneiras de reduzir a defasagem acadêmica.

A distorção idade-série precisa ser alvo de políticas públicas que visem mitigar a defasagem educacional dos estudantes. Essa distorção é percebida de forma diferente entre os alunos, a proporção de pessoas do sexo masculino com defasagem de idade em relação à etapa que cursam é maior do que a das do sexo feminino, como mostram os dados do Gráfico 7 (MEC, 2020). Em 2020 no Brasil, a maior diferença entre os sexos era observada no 6º ano do ensino fundamental, em que a taxa de distorção idade-série percebida era de 28,2% para o sexo masculino contrapondo-se a 16,8% para o sexo feminino (MEC, 2020).

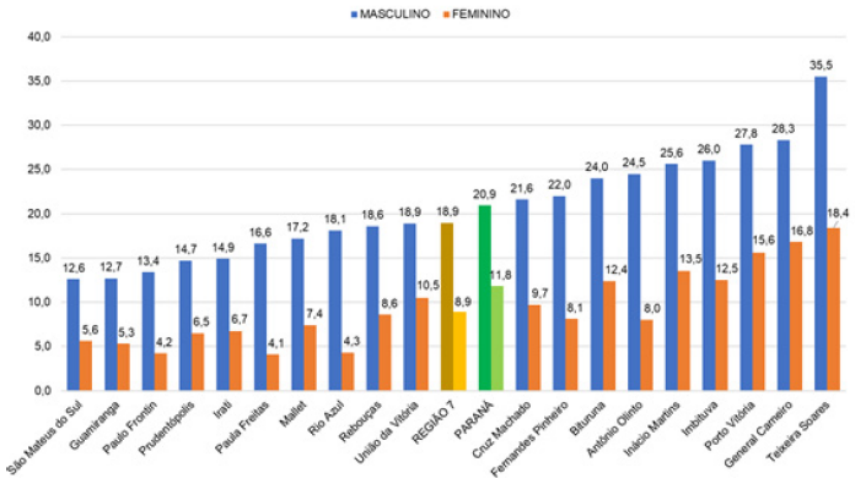
GRÁFICO 7 - Distorção idade - série nos anos finais do ensino fundamental, por sexo - Região 7 e Paraná - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

A Região 7 registra distorção abaixo da média paranaense em ambos os sexos. Entretanto observa-se a predominância do sexo masculino com maior distorção. Este padrão se repete no Brasil, no Paraná e na Região 7. O Gráfico 8 apresenta os dados da distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental, por sexo, fazendo o comparativo dos municípios, da região e do Paraná.

GRÁFICO 8 - Distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental, por sexo - municípios, Região 7 e Paraná - 2019



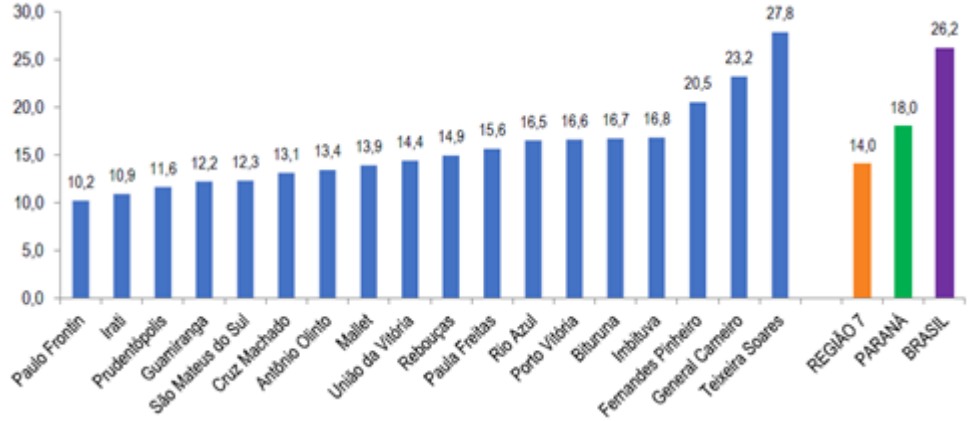
FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Censo Escolar - Educação Básica, 2019.

A distorção idade-série está presente em todos os municípios da Região 7. Quando comparado os dados da região com a do Paraná é possível observar que a região apresenta médias menores do que a do estado, em ambos os sexos. Em nenhum município da região a distorção idade-

série entre o público feminino é maior do que a do masculino, no caso do sexo masculino, os valores da distorção idade-série vão de 12,6% até 35,5%. Nove municípios apresentam taxas de distorção do sexo masculino maiores que a da região e do estado. Ao analisar a questão do público feminino, constata-se que seis municípios estão acima da média do estado.

Quando se observam as questões referentes à distorção idade-série no ensino médio, conforme o Gráfico 9, verifica-se que a situação de atraso escolar se intensifica em comparação com a etapa de ensino anterior. As taxas de distorção de cada município podem ser analisadas a seguir.

GRÁFICO 9 - Distorção idade-série no ensino médio (%) – municípios, Região 7, Paraná e Brasil - 2019

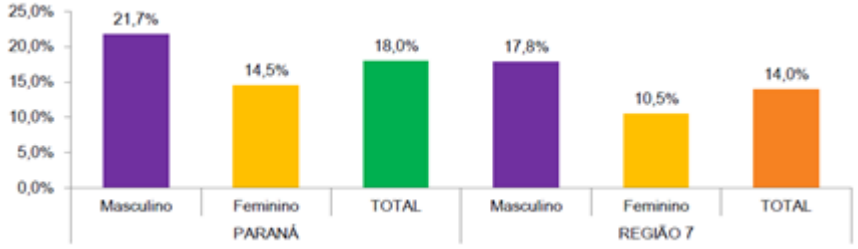


FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

No agregado, a Região 7 apresenta[25] uma distorção idade-série 12,2 pontos percentuais inferior à totalização brasileira e 4,0 pontos percentuais abaixo da estadual. Nesse sentido, oito municípios encontravam-se abaixo do resultado regional, a menor defasagem encontrada foi no município de Paulo Frontin, com 10,2%. No outro extremo, pode-se verificar que a maior defasagem foi de Teixeira Soares (27,8%), acima do resultado nacional. Três municípios apresentam média maior que a do Paraná. Todos os municípios da região apresentam distorção idade-série acima de 10%, o que impacta diretamente nos dados educacionais da região.

Em relação ao público, observa-se a mesma tendência vista nos anos finais do ensino fundamental, o público masculino apresenta a maior distorção, como mostram os dados apresentados no Gráfico 10.

GRÁFICO 10 - Distorção idade-série no ensino médio, por sexo - Região 7 e Paraná - 2019.



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

A distorção idade-série no ensino médio na Região 7 de ambos os sexos são inferiores aos valores do Paraná. Nas duas unidades territoriais - região e estado - as mulheres apresentam uma situação mais favorável, com menores taxas de distorção do que as do sexo masculino.

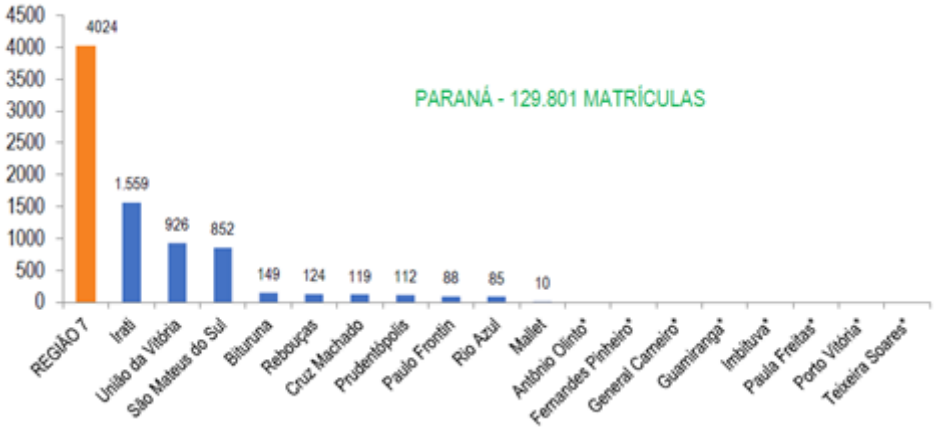
[25] O município de Inácio Martins não está no gráfico, pois no momento da oficina o município estava enquadrado na Região 6.

Ressalte-se que na Região 7 o diferencial entre homens e mulheres é quase igual (7,3 pontos percentuais) quando comparados os dados da região e do estado (7,2 pontos percentuais).

Diante deste contexto é possível afirmar que a distorção idade-série está presente na região tanto nos anos finais do ensino fundamental, quanto no ensino médio. Apesar dos dados da região serem menores do que a do estado e também do país, as médias sinalizam que a região necessita de um olhar atento e cuidado, com investimentos que visem mitigar essas distorções idade-série, independente da etapa de escolarização. É evidente que conforme o nível de escolaridade vai aumentando, a distorção torna-se maior, e mais acentuada para o público masculino, configurando-se como um desafio educacional que precisa ser superado na região.

A fim de contribuir para um panorama fidedigno nas análises do ensino médio, amplia-se este estudo para os dados referentes às matrículas na educação profissional técnica de nível médio[26]. Das 129.801 matrículas na educação profissional técnica de nível médio no estado do Paraná em 2019, somente 4.024 matrículas estavam efetivas na Região 7. O Gráfico 11 apresenta o número absoluto de matrículas em educação profissional técnica de nível médio da rede pública do estado do Paraná.

GRÁFICO 11 - Número absoluto de matrículas em educação profissional técnica de nível médio da rede pública - municípios, Região 7 e Paraná - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar - Educação Básica, 2019.

Região 7 possui 3,1% das matrículas em Educação Profissional Técnica de Nível Médio do estado. Das matrículas em educação profissional, 38,7% estão no município de Irati; 23,0% no município de União da Vitória e 21,2% em São Mateus do Sul. Na Região 7, nove municípios não possuem matrículas públicas nessa modalidade de ensino em seu território. Inclui-se neste dado a cidade de Inácio Martins[27], a qual não apresenta nenhuma matrícula nesta modalidade.

A ampliação do número de escolas e instituições que ofertam esta modalidade de ensino nesses municípios é importante para a melhoria da mão de obra dos trabalhadores e para o desenvolvimento de projetos que envolvam as questões tecnológicas e inovação. A educação profissional de nível médio pode impactar diretamente a vida dos cidadãos, tanto no aumento da escolaridade quanto na renda e no desenvolvimento do território. Programas de desenvolvimento regional, como o Paraná Produtivo, podem oferecer condições para a geração de empregos qualificados, que contribuem na produção de riqueza regionalmente.

Frequentemente verifica-se a existência de relação entre escolaridade e renda, ou seja, quanto maior a escolaridade, maior a renda auferida pelo trabalhador. Nesse sentido, há uma

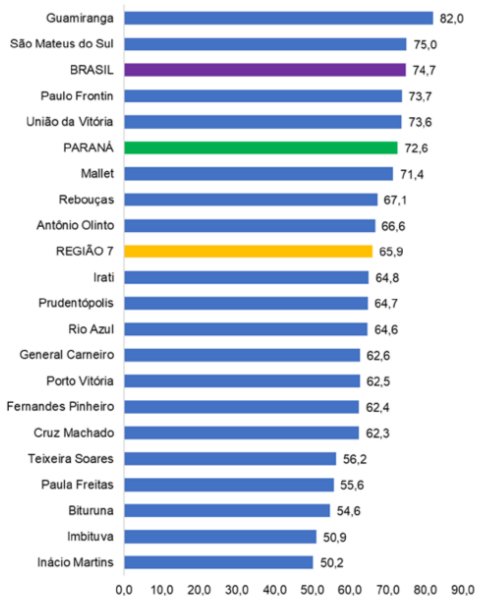
[26] A educação profissional técnica de nível médio corresponde à habilitação e a preparação geral para o trabalho. Compreende as seguintes ofertas: curso técnico integrado, curso técnico concomitante, curso técnico subsequente e curso normal/magistério de nível médio.
[27] O município de Inácio Martins ela não está no gráfico, pois foi agregada posteriormente a região.

expectativa de que aos 18 anos de idade, o indivíduo tenha concluído o ensino médio e possa garantir uma renda mínima vinculada a essa escolaridade básica.

No levantamento das pessoas com 18 anos e mais de idade, cadastradas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério da Economia em 2019, encontrou-se 55.639 pessoas empregadas na Região 7; 2.604.872 no Paraná e 37.801.665 no Brasil. Na Região 7, 66,2% haviam concluído pelo menos o ensino médio, percentual menor que o do estado (72,6%) e menor que o do Brasil (74,7%).

Com os dados mostrados no Gráfico 12 é possível observar que a região apresenta um índice de 65,9% de adultos empregados com formação de ensino médio, este dado posiciona a região abaixo da média do estado e do país. Na Região 7, dos 19 municípios, somente quatro apresentaram percentuais maiores que a média estadual; destaque para os municípios de Guamiranga e São Mateus do Sul com percentual de 82,0% e 75,0%, respectivamente. De outro modo, os municípios de Inácio Martins (50,2%) e de Imbituva (50,9%) apresentam os menores índices de pessoas com 18 anos ou mais empregadas no mercado de trabalho formal e possuíam pelo menos o ensino médio completo.

GRÁFICO 12 - Percentual de pessoas com 18 anos ou mais, empregadas formalmente com pelo menos ensino médio completo - município, Região 7, Paraná e Brasil - 2019

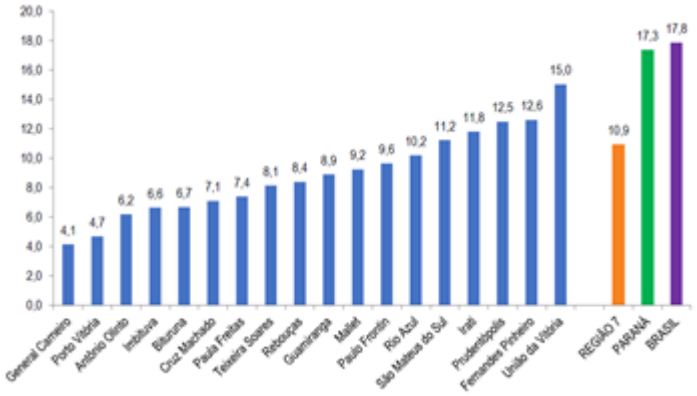


FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.
NOTA: Não foram contabilizadas, no total de empregados formais, as pessoas com vínculo com o setor público.

Apesar de nenhum município apresentar dados abaixo de 50%, percebe-se a necessidade de políticas para a elevação do nível de escolaridade dos moradores da Região 7, ofertando capacitação profissional desde o ensino médio. É preciso de investimentos que capacitem o trabalhador e permitam aos cidadãos terminarem o ensino médio e encontrem uma ocupação no mercado de trabalho formal.

Uma avaliação do mercado de trabalho com maior nível de escolaridade (ensino superior), considerando as pessoas com idade a partir de 24 anos, é perceptível que a Região 7 ainda está aquém se comparada ao estado e ao país, no comparativo entre o nível de escolaridade e idade, como mostram os dados do Gráfico 13. Em 2019, apenas 10,9% das pessoas empregadas na Região 7 possuíam ensino superior, exceto aqueles com vínculo no setor público, percentual menor que a média do Estado do Paraná (17,4%), que por sua vez é menor que o do Brasil (17,8%).

GRÁFICO 13 - Percentual de pessoas com 24 anos ou mais, empregadas formalmente com pelo menos ensino superior completo - município, Região 7, Paraná e Brasil - 2019



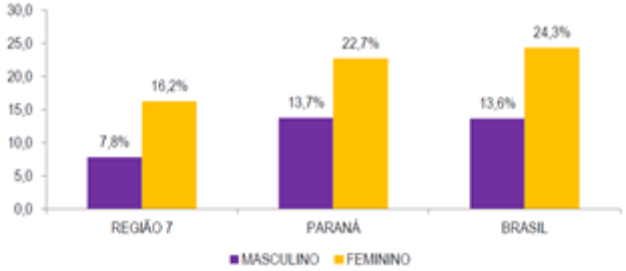
FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.
NOTA: Não foram contabilizadas no total de empregados formais as pessoas com vínculo com o Setor Público.

A maioria dos municípios, 12 deles, apresenta percentual abaixo de 10,0%, em especial o menor deles é referente ao município de General Carneiro, com apenas 4,1% e Porto Vitória sendo o segundo menor com 4,7%. Diante destes dados faz-se necessária a implementação de políticas públicas que possibilitem ao cidadão cursar o ensino superior e buscar empregos condizentes com a sua formação. Foi possível perceber a defasagem de escolas que ofertam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na região, conforme observado no Gráfico 11, acredita-se que esta região também seja carente de instituições de ensino superior, o que pode estar acarretando um baixo índice de empregabilidade de pessoas com 24 anos ou mais que tenham concluído o ensino superior.

Na desagregação por sexo, dos 5.063 trabalhadores formais com 24 anos e mais de idade e com ensino superior completo, 55,7% eram do sexo feminino e 44,3% do sexo masculino, destaca-se que neste cômputo não foram contabilizados empregados do Setor Público.

Na Região 7, o percentual de mulheres com ensino superior completo (16,2%) é pouco mais que o dobro dos homens (7,8%). No entanto, os percentuais de trabalhadores, tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino com essa escolaridade foram mais baixos na Região 7, quando comparados com o Paraná e Brasil, conforme mostram os dados do Gráfico 14.

GRÁFICO 14 – Percentual (%) de pessoas com 24 anos ou mais, do sexo masculino e feminino, com pelo menos ensino superior completo e empregadas formalmente - município, Região 7, Paraná e Brasil - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.
NOTA: Não foram contabilizadas no total de empregados formais as pessoas com vínculo com o Setor Público.

Com relação ao ensino superior destaca-se que os dados da Região 7 seguem a mesma tendência do Paraná e do Brasil quando se analisa a predominância do sexo feminino nos empregos formais. Apesar desta predominância feminina é notória a necessidade de ampliação, tanto para o sexo feminino quanto o masculino, na ocupação de empregos formais que necessitem de formação em nível superior. As taxas da Região 7 ainda estão aquém do estado

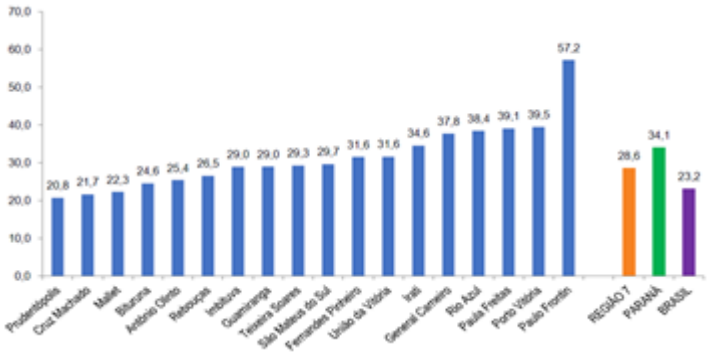
e do país. É importante a elaboração e efetivação de políticas públicas que possibilitem maior acesso e permanência nas instituições de ensino superior aos moradores da Região 7.

O desenvolvimento econômico da região está atrelado diretamente à qualificação profissional das pessoas. E uma das formas de qualificação é o acesso às universidades, Institutos Federais e demais instituições que ofertam ensino superior, seja de maneira presencial ou de educação a distância. Além disto foi possível perceber que conforme o nível de escolarização avança, as mulheres conseguem uma taxa menor de distorção idade-série, acessam o ensino superior e são empregadas formalmente.

Além da qualificação profissional com o ensino superior, percebe-se que as questões econômicas são fomentadas por uma parcela importante da população. A Região 7 apresenta uma base econômica pautada na agricultura. Este fato ressalta a importância da análise da relação da escolaridade com a atividade econômica primária na região. Para isto foi considerado o percentual de produtores responsáveis pelos estabelecimentos de agricultura familiar, com pelo menos ensino fundamental completo.

Em relação à escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos da agricultura familiar da Região 7, 28,6% tinham ao menos o ensino fundamental completo. No Paraná a parcela é de 34,1%, enquanto no Brasil é de 23,2%, conforme apresenta o Gráfico 15.

GRÁFICO 15 - Percentual de responsáveis pelo estabelecimento e a agricultura familiar com pelo menos ensino fundamental completo - municípios, Região 7, Paraná e Brasil – 2017



FONTE: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

Na Região 7, doze municípios possuem percentual maior de agricultores familiares com pelo menos ensino fundamental completo do que o valor médio da sua região, sendo seis deles com valor superior ao do Paraná. De outro modo, seis têm percentuais abaixo do regional, sendo o menor o de Prudentópolis, com 20,8%, de acordo com os dados do Gráfico 15.

A agricultura é uma das fontes de geração de renda tanto para os moradores quanto para a região, por isso, investir na elevação do nível de escolaridade dos agricultores é de suma importância, pois impacta diretamente no desenvolvimento do território e das pessoas que nele habitam.

As análises realizadas nesta seção trazem um recorte temporal que permite uma comparação dos municípios, região e país em dados educacionais importantes como o IDEB. Na Região 7 percebe-se em alguns municípios uma acentuada distorção idade-série, além disso é notória a necessidade de ampliação de espaços de educação formal, como as escolas de nível técnico profissional e as Universidades e/ou Institutos federais que possibilitem o acesso ao ensino superior à população desta região, haja vista o crescimento demográfico apontado pelos estudos. Além disso, o ensino superior qualifica melhor a mão de obra, que cada vez mais está atrelada às questões de tecnologia e inovação.

Observa-se ao longo desta seção a preocupação com determinadas questões educacionais, tendo em vista a população jovem da região. Os indicadores apresentados, justificam ações que

potencializem uma maior formação empreendedora, assim como, uma formação de nível superior mais atrativa. Desta forma é possível uma maior permanência dos jovens, gerando uma mão de obra com melhor qualificação e com capacidade de transformar o território. O fenômeno observado na Região 7 é similar ao que tem ocorrido em escala global, para isso, planejar cursos atraentes e que possuam aderência com o perfil da sociedade deste território, torna-se fundamental como estratégia de alavancagem social. Assim o capital humano, pode inclusive ser elemento de atratividade empresarial.

A pouca oferta de cursos técnicos profissionalizantes indica, uma necessidade de alteração deste panorama, seja com a oferta de um maior número de vagas por meio do Instituto Federal, ou por meio de cursos técnicos na rede estadual de ensino médio. Outra opção interessante seria a oferta de cursos disponibilizados pelo SENAI.

Na próxima seção serão abordados os indicadores relacionados com a saúde e como esses indicadores podem influenciar na qualidade de vida no território, assim como influencia o êxodo de jovens com talento para transformação social.

1.4 Saúde

Pontos de Atenção:

- Quantidade de médicos inferior à taxa média do Paraná e do Brasil, apenas União da Vitória possui média superior às do estado e união;
- Quantidade de dentistas levemente acima dos parâmetros da OMS;
- As taxas referentes ao número de leitos hospitalares estão abaixo da média estadual e nacional;
- A taxa de mortalidade infantil próxima da estadual;
- RIPSA da região considerada baixa.

Esta seção apresenta um diagnóstico referente à situação da saúde na Região 7, especialmente em relação a profissionais e equipamentos de saúde. As questões relacionadas à saúde são, muitas vezes, decisivas em relação à qualidade de vida e de oportunidades para os jovens talentos. Desta forma, essa seção procura compreender como os indicadores apresentados possibilitam uma visão mais holística do planejamento territorial e como isto pode potencializar ou não a qualidade de vida no território. O que se observa é que a ausência de médicos em quantidade suficiente pode acarretar uma perda na qualidade dos serviços de saúde. O que mais uma vez é um ponto de atenção para a Região 7, o que dificulta a permanência de jovens na região, que migram para outras localidades com melhor qualidade em relação a saúde. Isso também foi observado na seção anterior em relação à educação, que são pontos basilares para o desenvolvimento econômico e social do território.

Embora a infraestrutura de saneamento tenha impacto na saúde das pessoas que vivem na região, o diagnóstico relacionado a este tema será apresentado na seção específica relacionada à infraestrutura.

Quando se trata de um diagnóstico sobre a saúde em uma região, é fundamental abordar a importância do chamado **Sistema Único de Saúde (SUS)**[28]**,** instituído no país em 1988**,** quando da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo um sistema destinado a garantir o acesso integral, universal e gratuito aos serviços de saúde. Considerado um dos maiores e melhores sistemas de saúde públicos do mundo, o SUS beneficia cerca de 190

[28] Fonte: https://pensesus.fiocruz.br/sus e https://www.saude.mg.gov.br/sus#:~:text=O%20SUS%20%C3%A9%20o%20%C3%BAnico,para%20qualquer%20atendimento%20de%20sa%C3%BAde..

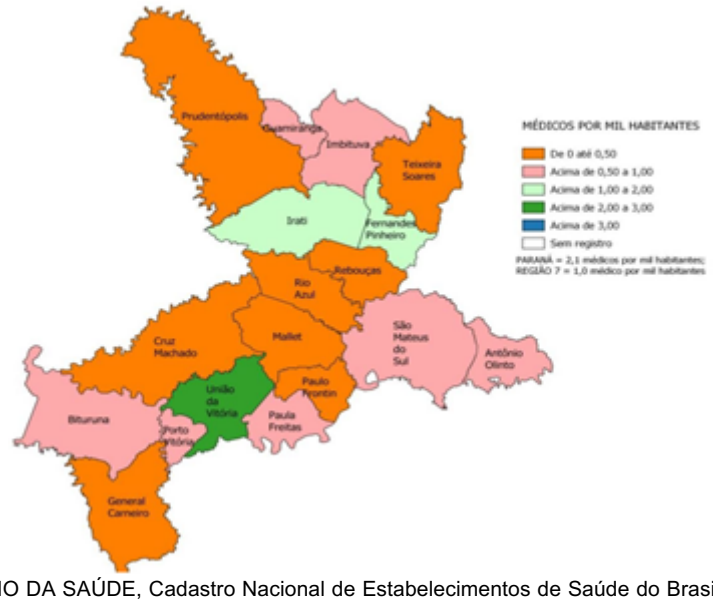
milhões de brasileiros e realiza por ano cerca de 2,8 bilhões de atendimentos, desde procedimentos ambulatoriais simples a atendimentos de alta complexidade, como transplantes de órgãos.

O **Sistema Único de Saúde (SUS)** é composto pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios, conforme determina a Constituição Federal, e cada ente tem suas co-responsabilidades. Os desafios são muitos, cabendo ao Governo e à sociedade civil a atenção para estratégias de solução de problemas diversos identificados, por exemplo, na gestão do sistema e no subfinancimento da saúde (falta de recursos).

Um dos indicadores analisados nessa fase do relatório sobre a Região 7 pauta-se no número de profissionais médicos cadastrados, por mil habitantes, para mensurar a disponibilidade de atendimento à população. Com esta informação é possível saber quantos médicos estão disponíveis a cada mil habitantes na região definida.

De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Brasil (2019), o Paraná possuía 23.911 médicos neste cadastro. No mesmo período, um levantamento[29] do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Universidade de São Paulo (USP), indicou que o Brasil possuía 500 mil médicos. A Região 7 possui 399 médicos no registro de estabelecimentos de saúde, o que representava 1,7% do total de médicos no Paraná. A Figura 2, a seguir, indica a quantidade de médicos por mil habitantes nos municípios da Região 7.

FIGURA 2 – Quantidade de médicos por mil habitantes nos municípios da Região 7, por intervalo de valores - 2020



FONTES: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES, 2019; ITCG, Base cartográfica, 2010.

De acordo com o levantamento observado, a Região 7 possuía 1,0 médico por mil habitantes, valor inferior ao do Paraná, 2,1 médicos por mil habitantes, e ao do Brasil, 2,38 médicos por mil habitantes. Somente o município de União da Vitória possui um valor maior do que a média estadual, e quatro municípios apresentaram um valor de 1,0 – a média regional – até 2,0 médicos por mil habitantes: São Mateus do Sul, Porto Vitória, Irati e Fernandes Pinheiro.

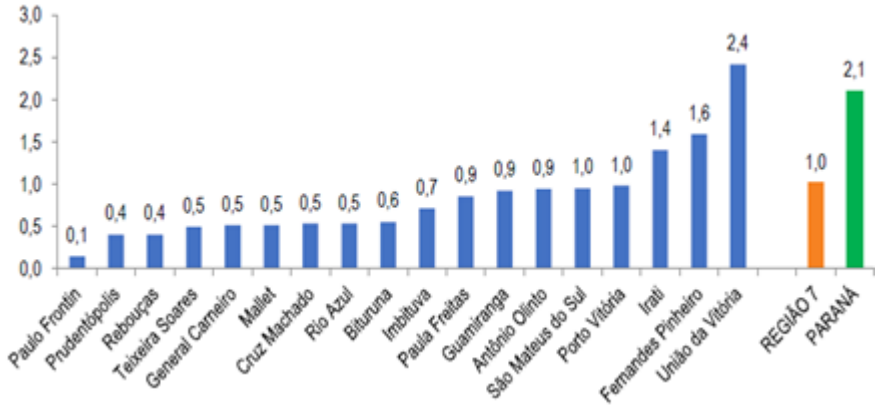
A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) não definem ou recomendam um número desejável de médicos, enfermeiros e dentistas por habitante.

[29] Fonte: https://revisamed.com.br/residencia-medica/quantos-medicos-tem-no-brasil/

Como destacado anteriormente, o município de União da Vitória possui o maior valor, sendo 2,4 médicos a cada mil habitantes, o único da região com valor superior a razão do Paraná. O segundo colocado é Fernandes Pinheiro, com 1,6 médicos por mil habitantes, seguido de Irati com 1,4 médicos por mil habitantes.

A discrepância na oferta de médicos entre os municípios pode ser observada no Gráfico 16, em que se percebe que treze municípios estão abaixo da média regional. Todos os municípios têm registro de médicos, apesar destes dados ainda apresentarem uma deficiência na cobertura médica no atendimento da atenção básica de saúde.

GRÁFICO 16 - Médicos por mil habitantes - municípios, Região 7 e Paraná - 2020

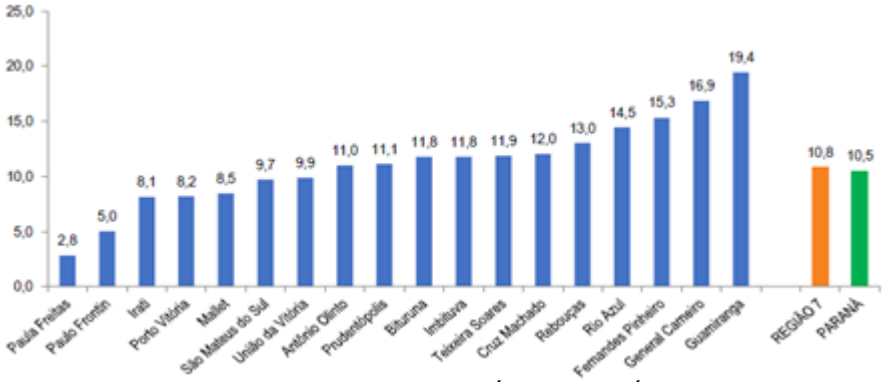


FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES, 2019.
NOTAS: Retirado da base de Dados do Estado - BDEweb, pela variável Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODS 3 - Médicos por mil habitantes, posição em dezembro do ano referido.

A oferta de profissionais da saúde depende de inúmeros fatores que muitas vezes precisam ser combinados. A tendência é que em centros econômicos e em lugares que possuem cursos da área de saúde exista uma maior concentração de profissionais da área. Desta forma, um dos desafios para o planejamento de uma região, está em combinar oferta de serviços básicos de saúde e a disponibilidade de profissionais qualificados para o atendimento descentralizado no estado.

Outro dado relacionado as questões de saúde são os indicadores das taxas de mortalidade infantil. Essa taxa refere-se ao número de óbitos de crianças menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em num espaço geográfico, em um determinado período considerado. Para esta análise neste diagnóstico, foi utilizado o recorte temporal dos anos de 2015-2019, dados disponíveis no momento de realização das oficinas, conforme pode ser observado no Gráfico 17. Foi considerada a classificação estabelecida pela Rede Interagencial de Informações para Saúde (RIPSA), na qual o valor da taxa de mortalidade de menores de um ano de idade é entendido como: alta (50 ou mais), média (20 a 49) e baixa (menos de 20).

GRÁFICO 17 – Taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade total – média do quinquénio - municípios, Região 7 e Paraná - 2015 a 2019



FONTE: Secretaria de Estado da Saúde - SESA; MINISTÉRIO DA SAÚDE / Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - MS/DATASUS, 2015 a 2019.
NOTAS: Retirado da base de Dados do Estado - BDEweb, pela variável Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODS 3. Não incluído casos de local ignorado.

De acordo com as informações apresentadas no Gráfico 17, a taxa da Região 7 está próxima a do Paraná, 10,5 na taxa média de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade, no período analisado. Na Região 7, nenhum município possui taxa total média do quinquénio acima de 20 por mil, a referência de uma taxa baixa indicada pela Rede Interagencial de Informações para Saúde - RIPSA.

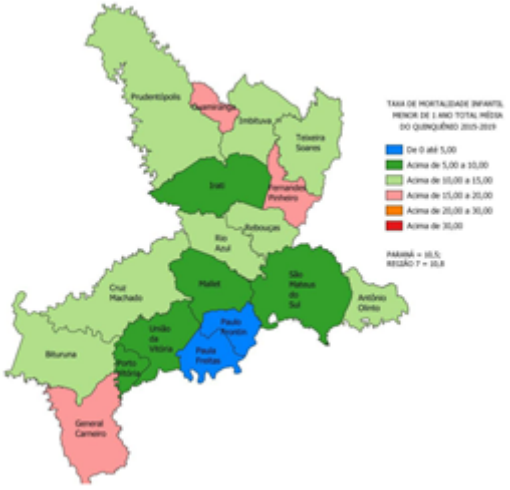
Há uma tendência de redução da mortalidade infantil em todas as regiões brasileiras. Houve considerável redução no estado do Paraná de 2014 a 2018, mais do que no Brasil, como apresenta o Plano Estadual de Saúde do Paraná (2020). É necessário focalizar ainda em lugares com taxas médias mais elevadas em relação ao estado e estabelecer parâmetros de comparação com índices mais rigorosos, em que se possa avaliar a redução máxima a ser alcançada e ponderar sobre o fato de se ter poucos óbitos, mas num conjunto de poucos nascimentos.

Esse indicador trata de evento de baixa frequência observado em pequenas populações, assim qualquer alternância de acontecimentos de um ano para outro pode produzir a falsa impressão de aumento ou redução. Para atenuar esse efeito, eliminando a instabilidade de casos raros, foi feita a totalização média do quinquênio. Só é possível calcular a taxa quando há óbitos[30].

A Figura 3 apresenta a taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade total média dos municípios da Região 7, no quinquênio 2015 a 2019. Este mapa permite observar que dois municípios apresentam baixíssimas taxas de mortalidade infantil, enquanto treze se encontravam dentro do padrão baixo, e três estão com taxa média entre 15 a 20 óbitos, sinalizando uma demanda de políticas públicas voltadas às questões de saúde dos cidadãos.

[30] É preciso ressaltar que além de terem nascidos vivos é preciso haver óbitos de menores de um ano para cálculo da taxa. Muitos municípios não possuem óbitos em alguns anos e alguns municípios do Paraná não possuíam nenhum óbito em nenhum ano da série (2015 a 2019).

FIGURA 3 – Taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade total média do quinquénio dos municípios da Região 7 – 2015 a 2019



FONTE: Secretaria de Estado da Saúde - SESA; MINISTÉRIO DA SAÚDE / Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - MS/DATASUS, 2015 a 2019; ITCG, Base cartográfica, 2010.

Outro parâmetro vinculado à infraestrutura de saúde na região é o número de leitos por mil habitantes. Em 2019 essa taxa era de 2,1 leitos por mil habitantes na Região 7. Enquanto isso, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no mesmo período o estado do Paraná dispunha de 2,7 leitos por mil habitantes e o Brasil 2,3[31] leitos por mil habitantes.

Segundo recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a recomendação é de 3 a 5 leitos para cada mil habitantes, indicando que a Região 7 está abaixo da taxa do Paraná e quase equivalente à do país. É importante que a taxa de leitos seja aumentada na região, para que o atendimento básico da população conte com melhores indicadores.

Na Região 7, o SUS desempenha um papel fundamental no atendimento à saúde dos habitantes. Estima-se que 80% dos usuários do SUS no Brasil dependem exclusivamente deste sistema para qualquer tipo atendimento à saúde, fato que certamente engloba a Região 7.

No estado do Paraná, de 2016 a 2019, observou-se uma média de 49% do total de leitos hospitalares vinculados à rede do SUS. Houve um aumento circunstancial no número de leitos no período entre 2020 e 2021, devido à pandemia de coronavírus, chegando a 56,7% dos leitos provenientes do SUS, índice que mostra a importância desse sistema no enfrentamento de uma pandemia. Atualmente, o volume de leitos da rede SUS no estado está em 48,5% do total dos leitos hospitalares[32].

Do total de internações na rede do SUS ocorridas no estado do Paraná em 2022, cerca de 0,2% ocorreram em municípios da Região 7[33]. O fato de a região concentrar 3,53% da população do estado mostra que os 0,2% de internações pelo SUS apontam para a importância estratégica desse sistema para a região.

Do ponto de vista dos estabelecimentos de saúde, segundo dados divulgados pelo IPARDES, 6,8% do total desses estabelecimentos estão vinculados a esfera administrativa do estado do Paraná, localizam-se na Região 7. Quando se considera o total de estabelecimentos vinculados aos municípios do Paraná, 6,8% está na Região 7. No caso da rede privada esse índice é de

[31] Fonte: https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2020/04/20200408-Informe-ERRS_Numero-de-leitos-por-habitante.pdf
[32] Fonte: CNES, Datasus, 2023. Disponível em: https://elasticnes.saude.gov.br/.
[33] Fonte: Ministério da Saúde/Datasus BDEweb Ipardes, 2023. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php.

2,7% do total de estabelecimentos de saúde. Nenhum estabelecimento localizado na região pertence à esfera administrativa federal.

Além do que já foi apresentado anteriormente, merece atenção também a quantidade de dentistas por 1000 habitantes, fator bastante relevante quando se fala em qualidade de vida de uma população. Para este indicador, a OMS recomenda uma concentração de 1 dentista para cada 1.500 habitantes[34], o que resulta em aproximadamente 0,7 dentista por mil habitantes. Assim como no caso da quantidade de leitos, em 2020 a Região 7 se enquadrava no limite da OMS, possuindo 0,8 dentistas para cada mil habitantes, no estado do Paraná esta taxa é de 0,7 dentistas por mil habitantes. No mesmo ano o Brasil apresentava uma concentração de dentistas por mil habitantes de 0,5, portanto[35],menor que a recomendação da OMS.

Mesmo possuindo uma relação dentista/habitante situada um pouco acima do preconizado pela OMS, como é o caso da Região 7, a questão da saúde bucal deve receber atenção em projetos de desenvolvimento regional pois envolve não só a infraestrutura e a disponibilidade de profissionais, mas também a educação das pessoas.

Os indicadores apresentados merecem atenção e fortalecem a necessidade de que o planejamento territorial seja sistêmico. Pensar em desenvolver a Região 7 em termos econômicos, necessita claramente que sejam executadas ações que melhorem as condições de saúde para a sociedade em geral, entre elas apresentam-se o acréscimo de médicos por habitante e o número de leitos hospitalares, visando alcançar melhores taxas e consequentemente um melhor atendimento da saúde dos munícipes.

Apesar da taxa do número de dentista estar levemente acima da média indicada pela OMS é necessária uma atenção voltada as questões do atendimento odontológico de todos os municípios da região. Além disso, é fundamental contar com equipamentos capazes de atrair e reter um corpo médico na região. De certa forma, o que se observou nos indicadores apresentados nesta seção trará reflexos para os indicadores apresentados na próxima seção, que diz respeito ao desenvolvimento do setor privado.

1.5 Setor Privado

Pontos de Atenção:

- O comércio é responsável pelo maior PIB da região, agropecuária em segundo, com uma média superior ao Paraná e Brasil;
- PIB *per capita* menor que a média do Paraná e do Brasil, no entanto, segue a tendência para municípios de pequeno porte;
- O setor de serviços é o que mais emprega, seguido do setor de comércio;
- Uma parcela significativa da região mora na zona rural;
- A erva mate tem se consolidado com um produto de potencial, gerando inclusive IG;
- VAFI abaixo das médias estadual e nacional;
- Bom potencial turístico na região;
- A razão de rendimento salarial das mulheres está acima da média estadual e nacional, chegando próximo a 90% do salário dos homens.

[34]Fonte: https://www.proadess.icict.fiocruz.br/index.php?pag=fic&cod=Z06&tab=1#:~:text=Segundo%20o%20Conselho%20Federal%20de,81%2D82).

[35] Fonte: https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/saude-bucal/1374-dentistas-por-mil-habitantes?filters=1,2325;26,2325

O setor privado da Região 7 possui atividades que vão desde a agricultura familiar, agronegócio e indústria madeireira e demais atividades voltadas para a demanda agregada local, como o comércio e serviços, que se destacam na região. Mais recentemente, a região também passou a abrigar algumas atividades voltadas ao turismo rural, de aventura e ecoturismo.

A Região possui R$ 11,1 bilhões de Produto Interno Bruto (PIB), o que representa 2,5% de todo o PIB do Estado do Paraná. Ao dividirmos a totalidade do PIB da Região pelo quantitativo da população obtemos o PIB per capita, o resultado é de R$ 28,1 mil, que representa aproximadamente 72,6% da média do PR (IBGE, 2018). Esse valor de R$ 28,1 mil é menor do que a média do Paraná, que é de R$ 36,6 mil, e para o Brasil que era de R$ 33,6 mil (IBGE, 2018).

Contudo, em 2018, apenas 8 municípios concentravam 25% do PIB do Brasil, indicando fortes discrepâncias tanto em produtividade quanto em distribuição de riqueza no país. Especificamente em relação ao estado do Paraná, dados de 2019 indicavam que apenas dez municípios concentravam 53% do PIB estadual[36], o que mostra que a média do PIB da Região 7 não é tão diferente da média da maioria dos municípios do estado.

Considerando o Valor Adicionado Bruto (VAB)[37], em 2019 a Região 7 gerava R$ 11.071.030,25, sendo que desse total 55,3% vinha do comércio, serviços e da administração pública; 29,4% da agropecuária e 15,3% da indústria. Para o estado do Paraná, a participação dos diferentes setores no VAB chegava a 65,9% para o setor de comércio, serviços e administração pública; 24,6% da indústria e 9,5% da agropecuária. Enquanto isso, no Brasil a participação dos diferentes setores foi de 72,9% para o comércio, serviços e administração pública; 5,2% da agropecuária e 21,9% para a indústria. Nota-se, com base nessas informações[38], que a participação do setor da agropecuária na Região 7 é muito maior do que a média do Paraná e do Brasil. No entanto, a maior participação do VAB da região forma-se com a soma do comércio, serviços e administração pública.

O comportamento dos estabelecimentos em 2020 apresentava-se da seguinte maneira na Região 7[39]. O comércio varejista, com 3.074 estabelecimentos, seguidos de 1.055 estabelecimentos na indústria e somando pouco mais 894 estabelecimentos da agropecuária. Apesar da agropecuária ter tido um aumento de 6,5% em 2020, o número de estabelecimentos agropecuários é menor se comparado aos outros indicadores. Esses resultados indicam a necessidade de planejamento específico, que contemple a realidade da Região 7.

Na distribuição de empregos da Região 7[40] em 2020, o setor de comércio ocupava a primeira posição com 23.091 empregos (37,0%), a indústria ocupava a segunda posição, com 17.633 empregos (29,0%), seguido do setor de serviços com 16.695 empregos (27,9%), o setor da agropecuária empregava com 3.510 (5,7%) pessoas e a construção civil empregava 2.012 pessoas (0,4%).

No Paraná[41], para o mesmo ano, o setor de serviços ocupava o primeiro lugar, com 41,6% dos empregos, seguido pela indústria, com 25,8%, pelo comércio, 23,7%, pela agropecuária, com 3,9%, e pela construção, com 4,9% das vagas. Enquanto isso, no Brasil, o setor de serviços ocupava a primeira posição no número de empregos, com 47,6% das vagas, mas o comércio

[36] Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/PIB-dos-Municipios
[37] O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VAB's setoriais e dos impostos, sendo a principal medida do tamanho total de uma economia.
[38] Fonte: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYmFjYmRlOWYtNjhiYy00Zjg0LTgyNzMtODY5NTEzM2Q3N2Q1IiwidCI6IjVjM2UyODFlLTg0N2UtNDgyOC04MTU5LTgzYjg2Njc0MTdjNiJ9
[39] Fonte: https://paranaprodutivo.com.br/analise-regional-fase-ii/
[40] Fonte: Banco de Informações Regionais, 2022: https://paranaprodutivo.com.br/
[41] Painel de Informações do Novo CAGED, 2022, https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWI5NWI0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749

vinha em segundo lugar, com 23%, tendo a indústria em terceiro lugar, com 20,2%, seguido pela construção, com 5,3%, e pela agropecuária, com 3,9% dos empregos.

A participação da agropecuária nos empregos da Região 7 é maior que a média do estado e do país, haja vista que o percentual da agropecuária, nessa região, vem aumentando nos últimos anos. O fato de que o setor produtivo da região ainda pode sofrer alterações significativas, diante do aumento populacional apontado, e da elevação no número de jovens dos próximos anos. De fato, a distribuição populacional da região, como apontado na Seção 1.2, indica que 38,78% da população está alocada na região rural do território. Tais indicadores merecem atenção, particularmente no que diz respeito à concentração de renda, à melhoria da qualificação da mão de obra e à necessidade de desenvolvimento tecnológico nas ações relacionadas à agropecuária e toda a sua rede de conexões.

Considerando as dificuldades potencializadas pela pandemia do coronavírus, torna-se importante entendermos as movimentações recentes do emprego na região. No período de 2019 a 2020, observa-se que, considerando todos os setores de atividades econômicas, a região apresentou um aumento de 2,13% no número de postos de trabalho, saindo de 67.626 para 69.067[42]. O Paraná abriu 52.670 vagas de emprego em 2020, aumento de quase 2% no número de postos de trabalho, enquanto para o Brasil esse número chegou a 142.690 empregos com carteira assinada, aumento próximo a 0,4% (CAGED, 2023). Assim, a Região 7 teve um aumento nos postos de trabalho praticamente igual ao índice estadual e maior que o do índice nacional. Com o aumento nos postos de trabalho faz-se necessário um planejamento estratégico que vise a qualificação da mão de obra dos trabalhadores gerando maior renda para a população e para os municípios.

Nas atividades produtivas referentes à seção Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura, houve um decréscimo de (-2,65%) nos postos de trabalho, o que representa uma diminuição de 101 empregos (3.818 empregos em 2019 para 3.717 empregos em 2020). Esse resultado vai na contramão da movimentação de empregos no Estado, nessa mesma seção de atividades econômicas, considerando o mesmo período (2,76%).

Nas atividades produtivas relacionadas à indústria de transformação houve um aumento de 8,58% nos empregos da região (2019/2020). O estado do Paraná teve um aumento de 3,46% nos empregos industriais no mesmo período. Destaque para os municípios de Imbituva (+830 empregos), União da Vitória (+404 empregos), Irati (+125 empregos) e Bituruna (+102 empregos). Nessa movimentação recente o maior decréscimo, em valores absolutos, ficou por conta do município de Porto Vitória que perdeu 33 postos de trabalho no período recente.

Apesar da pandemia do coronavírus ter impactado o comércio, de maneira geral, foi observado um aumento na quantidade de empregados nesse setor na Região 7. O número absoluto de vagas criadas equivale a 242 postos de trabalho. O resultado foi na contramão da média observada no Estado do Paraná, ao final do período analisado observou-se uma redução de 0,98% das vagas desse setor. O destaque positivo foi observado em Prudentópolis (+163 empregos), indicando a importante geração de empregos no comércio.

O conjunto de informações sobre movimentações de emprego na Região 7 mostra que a região, em geral, apresentou um crescimento no número de empregos. Porém, como já citado, os setores de Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura apresentaram decréscimo no número de vagas. Esse comportamento pode estar ligado a demandas de desenvolvimento tecnológico e capacitação de mão de obra na região, entretanto para uma melhor compreensão faz-se necessários estudos mais aprofundados.

No que diz respeito à produção agropecuária da Região 7, observa-se a importante participação do fumo, hortaliças, cereais e tubérculos, conforme observado na Figura 4. Por exemplo, em 2019, a região respondeu por 48,01% do valor da produção de fumo no estado, 64,39% do

[42] Fonte: Banco de Informações Regionais, 2022: https://paranaprodutivo.com.br/

centeio, 24,10% da cebola e 75,66% da erva mate, o que representa no conjunto a movimentação de quase 944 milhões de reais no ano de 2019.

A região também é uma importante produtora de madeira, representando 34,22% da madeira para uso geral, 29,87% de madeira em tora e 21,88% do papel e celulose produzidos no estado, o que representa em conjunto a movimentação de quase 1,5 bilhões de reais no ano de 2019.

O estímulo a esse tipo de produtos agrícolas pode contribuir para a agregação de valor e geração de emprego e renda na região, considerando a posição privilegiada da região para abastecer o mercado da região metropolitana de Curitiba, além do fácil acesso ao Porto de Paranaguá, importante porta de saída para os produtos de exportação.

Na Figura 4 é apresentada uma visão geral da produção, de acordo com a divisão dos municípios da região. A figura aponta para o fato de que a produção é variada, porém com maior foco na produção de erva-mate e centeio, como já citado anteriormente. Em 2019, por exemplo, a região respondeu por 48,01% do valor da produção de fumo no estado.

Há ainda uma diversidade de outros produtos gerados no setor agropecuário da região, que vai além dos mencionados, com destaque para a soja, feijão e leite, por exemplo, passando por aquicultura, extrativismo vegetal, produção de origem animal, agricultura e silvicultura. Em números, a produção agropecuária da Região 7 chegou a movimentar mais de R$ 4,5 bilhões em 2019[43], sendo que o Estado do Paraná movimentou cerca de R$ 140 bilhões[44] (2019), enquanto no Brasil esse valor chegou a R$ 630,9 bilhões[45] (2019), ambos com predominância dos grãos.

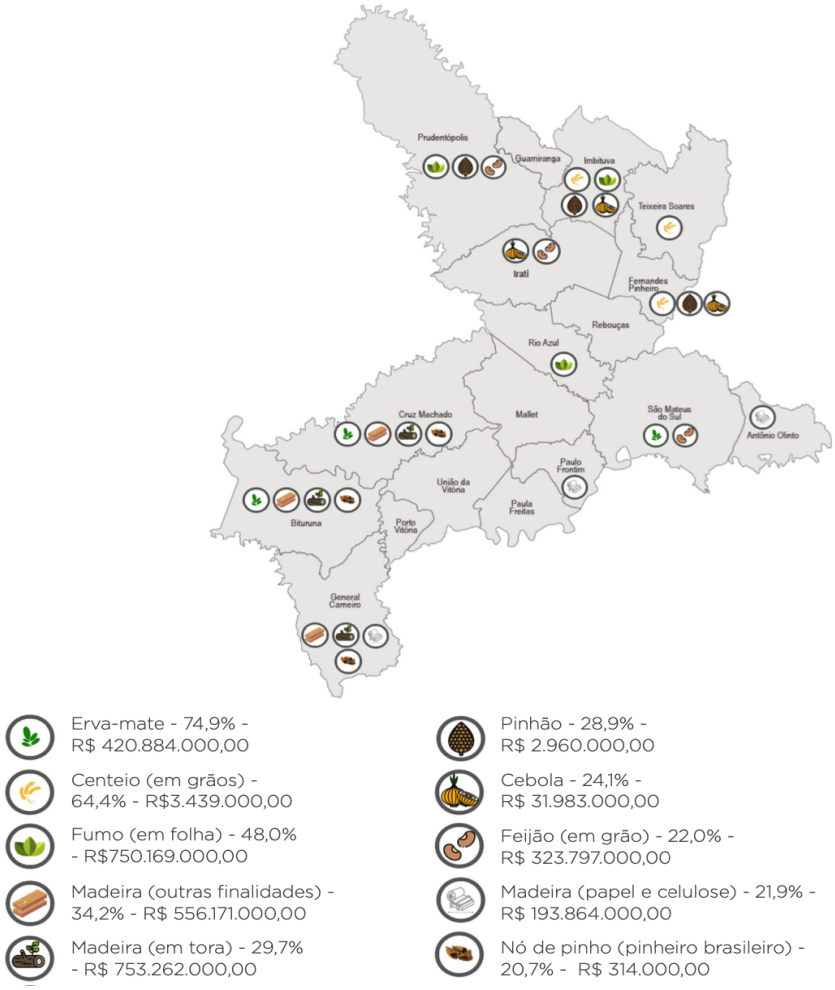
Segundo o Censo Agropecuário 2017, o Paraná tinha 303.541 estabelecimentos agropecuários, destes 75,4% eram utilizados pela agricultura familiar, sendo que no Brasil este percentual era de 77,1% (IBGE, 2017). Na Região 7 é de 83,0%, perfazendo o total de 25.031 estabelecimentos, índice que fica acima dos dados do estado e do país. Este indicador pode estar atrelado ao crescimento da agropecuária na região, na diversidade na produção alimentícia e extrativista, conforme observado na Figura 4, bem como o número elevado de habitantes moram na zona rural. Ressalta-se a necessidade do desenvolvimento tecnológico voltado às questões das culturas agrícolas a fim de que haja incremento na produção agrícola, agregando valor e potencial competitivo à região. Além disso, é necessário pensar na valorização das culturas agrícolas a fim de evitar o êxodo dos jovens para os centros urbanos.

[43] Fonte: Banco de Informações Regionais, 2022: https://paranaprodutivo.com.br/

[44] Valor Bruto da Produção. Fonte: https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Setor-agropecuario-do-Parana-alcancou-os-maiores-patamares-da-historia-nos-ultimos-anos#:~:text=A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20animal%20do%20Paran%C3%A1,86%2C7%20bilh%C3%B5es%20em%202021.

[45] Valor Bruto da Produção. Fonte: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/valor-da-producao-agropecuaria-encerra-2019-com-r-630-9-bilhoes#:~:text=Dados%20do%20Agroneg%C3%B3cio-,Valor%20da%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20Agropecu%C3%A1ria%20de%202019,de%20R%24%20630%2C9%20bilh%C3%B5es&text=O%20Valor%20Bruto%20da%20Produ%C3%A7%C3%A3o,do%20obtido%20no%20ano%20anterior.

FIGURA 4 – Produção Agrícola na Região 7



Fonte: IBGE, Dados extraídos da Base de Dados do Estado – BDEweb, Ipardes, 2021.
*Representados os três primeiros municípios da Região 7 em valor de produção - 2019.
**Percentual do valor da produção da Região 7 em relação com a produção do mesmo produto no Paraná - 2019.

Além das questões agrícolas, a Região 7 vem se destacando com seus atrativos turísticos, conforme mostrado na Figura 5, com potencial para receber projetos voltados ao turismo rural, de aventura e ecoturismo que podem contribuir com o desenvolvimento sustentável. A Região 7 apresenta características singulares com atrativos turísticos bastante relevantes, entre eles, podemos citar os museus e igrejas encontrados em Prudentópolis e em outros municípios próximos. A região foi colonizada por pessoas vindas, em grande parte, do leste europeu e sua cultura pode ser vivenciada visitando o roteiro Ucraniano e o Parque Histórico Iguassu, ambos em União da Vitória.

A cidade de Prudentópolis, conhecida como a 'terra das cachoeiras gigantes' situada na região centro-sul do Paraná, tem mais de cem cachoeiras catalogadas em todo o seu território. As quedas variam entre 80 e quase 200 metros de altura. O Salto São Francisco é considerado o maior do Sul do Brasil com 196 metros de altura. Prudentópolis também se destaca na produção de Feijão Preto, Mel e "Cracóvia", um tipo de salame feito de carne suína.

O turismo religioso é bastante relevante na região e essas atrações podem ser visitadas por meio de espaços de reflexão em Mallet, Prudentópolis, Paula Freitas, Teixeira Soares e Rio Azul.

Além das opções citadas, a Região 7 é riquíssima em atrativos relacionados ao turismo rural, de aventura e ecoturismo, entre eles temos: esportes radicais em Irati; turismo rural em Prudentópolis; cachoeiras em Prudentópolis; passeios rurais em Fernandes Pinheiro; Parque da Pedreira em Rio Azul; e águas sulfurosas em Mallet.

FIGURA 5 – Potencial Turístico e Produção Industrial da Região 7



Fonte: IBGE, Dados extraídos da Base de Dados do Estado – BDEweb, IPARDES, 2021. Elaborado pela SEPL, 2021.

Esses roteiros se destacam como um polo gerador de renda, a partir de implementações de um turismo voltado ao desenvolvimento sustentável do território. O que pode agregar ainda mais valor aos pequenos negócios como pousadas, restaurantes e prestadores de serviços, haja vista a diversidade do turismo encontrado na região.

Além disso, negócios voltados ao turismo de aventura, esportes radicais e religiosos tem se configurado como uma grande oportunidade de desenvolvimento da região. Podem representar outro aspecto a ser valorizado na região, tanto do ponto de vista de capacitação dos prestadores de serviços, quanto da melhoria de infraestrutura vinculada a acesso, estadia e alimentação. O desenvolvimento de projetos que valorizam o turismo na região pode auxiliar em ações de geração de riqueza, renda, conservação dos recursos naturais e valorização da cultura e dos saberes tradicionais, construindo elevar a qualidade de vida das famílias.

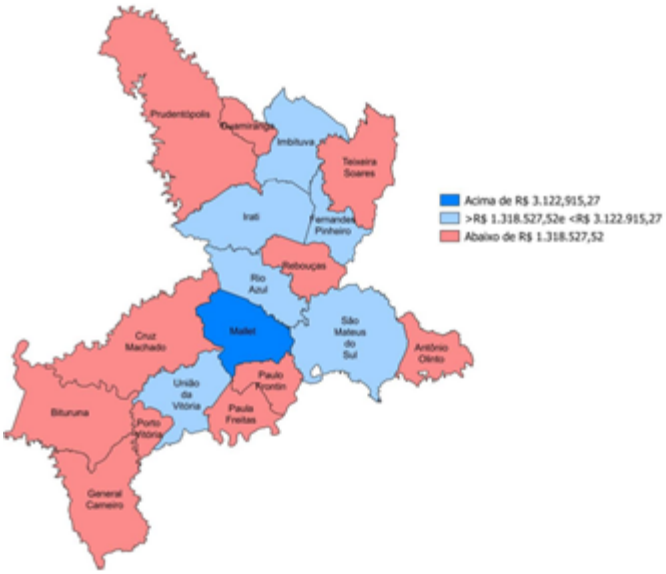
Outro quesito relevante para o desenvolvimento da região atrela-se ao efeito econômico da indústria na região, a mesma pode ser obtida através da Valor Adicionado Fiscal da Indústria Transformação (VAFI)[46] em função do número de estabelecimentos e do número de empregos. O Estado do Paraná registrou, em 2018, o Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação (VAFI) R$ 103,9 bilhões, que distribuído entre os seus 33.284 estabelecimentos industriais, resultou em uma razão de cerca de R$3,12 milhões por unidade. A Região 7 por sua vez, apresentou o VAFI de R$ 1,6 bilhão distribuído entre 1.211 estabelecimentos industriais, em igual

[46] O VAF corresponde à diferença entre valores das saídas de mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços tributáveis pelo Imposto de Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o valor das entradas de mercadorias e serviços recebidos em uma empresa a cada ano civil (IPARDES, 2021).

período. Nessa região, a média gerada por estabelecimento foi de R$ 1,3 milhão. No total do Estado, a região contribuiu com 1,1% do VAF da Indústria de Transformação.

A Figura 6 mostra a distribuição da razão entre o VAFI e o número de estabelecimentos, para os diferentes municípios da região. Nota-se que apenas o município de Mallet apresenta um valor acima e onze municípios enquadram-se abaixo da razão. Estimativas feitas a partir de dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA Empresa – IBGE, 2018)[47], indicam que naquele ano o valor por estabelecimento no Brasil ficou próximo a R$ 5,6 milhões, indicando que ainda há espaço para crescimento da indústria no Paraná e, mais especificamente na Região 7.

FIGURA 6 – Razão entre o Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação e o Número de Estabelecimentos Industriais na Região 7 – Paraná - 2018



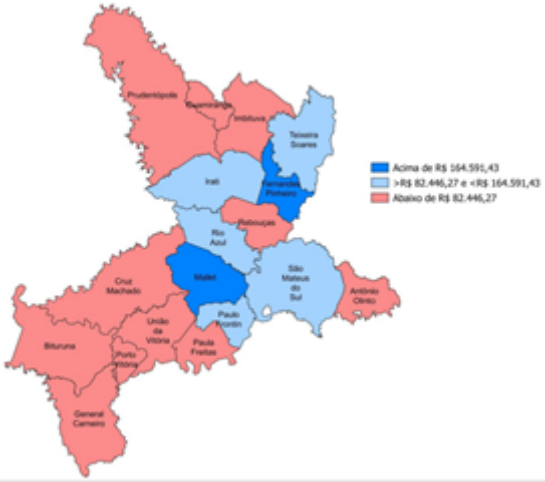
FONTES: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná – SEFA/PR, 2018; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relações Anuais de Informações Sociais – RAIS, 2018; ITCG, Base Cartográfica, 2010. Posição em 21 de janeiro de 2021.

Quando se analisa a razão dada pelo VAFI é dividido pelo número de empregados, o comportamento não é muito diferente. O estado do Paraná registrou, em 2018, geração de valor médio por empregos (razão VAFI/número de empregados) de R$164,5 mil, enquanto na região 7, a média gerada por posto de trabalho foi de R$ 82,4 mil. No Brasil, ainda segundo estimativas a partir de dados PIA Empresa, em média o empregado da indústria de transformação gerou uma movimentação de cerca R$ 163,1 mil, valor pouco abaixo da média do estado do Paraná.

Na Figura 7 é apresentada a distribuição da razão entre VAFI e o número de empregados, para a Região 7, de onde se percebe que dois municípios apresentaram valores acima da média do Estado: Mallet (R$211.730,49) e Fernandes Pinheiro (R$187.866,81). No segundo grupo de municípios, os que apresentaram valores abaixo da média do Estado, mas acima da média da região foram 5: Irati, São Mateus do Sul, Teixeira Soares, Rio Azul e Paulo Frontin. De outro modo, 11 municípios registraram valores abaixo da média da própria região.

[47] Fonte: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27995-pia-empresa-309-mil-empresas-industriais-ocupavam-7-7-milhoes-de-pessoas-e-tiveram-receita-liquida-de-r-3-4-trilhoes-em-2018#:~:text=Em%202018%2C%20o%20faturamento%20bruto,2009%20(74%2C7%25).

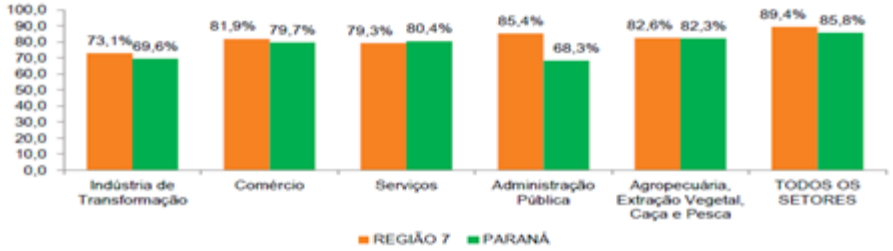
FIGURA 7 – Razão entre o Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação e o Número de Empregados da Indústria de Transformação na Região 7 - Paraná - 2018



FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná – SEFA/PR, 2018; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relações Anuais de Informações Sociais – RAIS, 2018; ITCG, Base Cartográfica, 2010.

Outro dado importante relacionado ao setor produtivo da Região 7, é a Razão de Sexo[48] do Rendimento Mensal da População de 18 anos e mais, que representa uma medida da situação de mercado formal de trabalho em termos geográficos, setoriais e influência do sexo no rendimento dos empregados. O Gráfico 18 apresenta a Razão de Sexo em 2019, para oito setores disponíveis nos municípios da Região 7 e para o Paraná, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), é possível destacar que a razão do rendimento médio das mulheres sobre o rendimento médio dos homens. A Região 7 apresentou menor diferença salarial que o Paraná, exceto no setor de Serviço.

GRÁFICO 18 – Razão de Sexo (Mulheres/Homens) do Rendimento Médio das Pessoas de 18 Anos e Mais de Idade Empregadas Formalmente, Segundo Setores Econômicos Principais – Região 7 e Paraná – 2019



FONTE: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.

No levantamento de pessoas com 18 anos ou mais, cadastradas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia em 2019, encontraram-se 55.639 pessoas empregadas na Região 7, 2.604.872 no Paraná e 37.801.665 no Brasil. Na Região 7, a razão de sexo do rendimento entre homens e mulheres foi de 89,4%, isso significa que para cada 100 reais recebidos por um homem, a mulher recebeu 89,40 reais, ou seja, em média 10,60 reais a menos. No Paraná essa razão foi de 85,8%, enquanto no Brasil[49], o índice foi de 79,5%, indicando que com a adoção de políticas adequadas, à Região 7 pode estar mais próxima de atingir o objetivo número 5, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)[50].

Em sete municípios as mulheres tiveram rendimento médio maior que o dos homens, com razões acima de 100: Paula Freitas, Guamiranga, Cruz Machado, Paulo Frontin, General Carneiro,

[48] Quanto mais próximo de 100, maior será a igualdade entre os sexos, sendo que o valor abaixo de 100 indica que mulheres recebem menor rendimento que os homens; e acima de 100 indica maior rendimento para as mulheres.
[49] Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/mulheres-brasileiras-ainda-ganham-menos-que-os-homens-diz-ibge
[50] Fonte: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs

Teixeira Soares e Porto Vitória. Por outro lado, São Mateus do Sul apresenta a maior discrepância nos rendimentos entre homens e mulheres, com 63,4%.

Segundo dados de 2010, a taxa de pobreza[51] na Região 7, era de 14,53%, enquanto no Paraná esse índice era de 6,7%, e no Brasil esse índice era de 15,2%, o que mostra que a região apresenta uma média muito mais alta que a do estado e um pouco mais baixa que a do país. Isso indica a necessidade de políticas que visem diminuir a taxa de pobreza e aumentar a qualidade de vida dos habitantes.

Este desafio também foi percebido no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da Região 7, no cenário em que foram realizadas as oficinas, com dados de 2010. O município que apresentava melhor colocação era o de União da Vitória, classificado nacionalmente na posição 764º. Quando se considera a expectativa de vida da população, IDHM de longevidade deste município era de 0,837, ligeiramente maior que o do Paraná, 0,830, e maior que o do Brasil, que era de 0,816. Entretanto, IDHM de renda médio do mesmo município era de 0,713, abaixo da média do estado, que era de 0,757, e abaixo também da média do Brasil, 0.739.

Tal medida pode levar ao fomento do empreendedorismo de oportunidade, possibilitando o nascimento de negócios inovadores na região. Outro fator a ser considerado no enfrentamento desses desafios, é o estímulo ao desenvolvimento tecnológico da região, tanto no ambiente de instituições públicas quanto no ambiente empresarial, ou ainda, com o fomento do empreendedorismo inovador, por meio de ambientes promotores de inovação, tais como, incubadoras, espaços *makers* e *coworking*, entre outros.

Com políticas públicas cocriadas com a região, aumentam as chances de atendimento das demandas regionais alinhadas ao Estado, além da perspectiva de redução da concentração de riqueza nos centros econômicos mais desenvolvidos. Além disso, um processo de cocriação de políticas, pode fortalecer a presença de jovens talentos por meio de oportunidades regionais, ampliando o sentimento de pertencimento, garantindo a geração e distribuição de riqueza para toda sociedade da região.

Os indicadores apresentados neste relatório são uma fotografia do momento econômico vivenciado à época, logo, é importante fazer essa análise quando das perspectivas de planejamento para a Região 7. O que fica evidenciado é que ainda há espaço para crescimento industrial da região, que pode ser potencializado com políticas que fomentem geração de renda e promova o crescimento das indústrias da região.

Outro ponto a ser analisado são as ações de desenvolvimento do empreendedorismo no território. É fundamental o planejamento de ambientes promotores do empreendedorismo inovador, para melhorar a dinamização econômica da região. Na próxima seção serão analisados indicadores relacionados à infraestrutura do território, destacando como elemento de comparação de desenvolvimento o alcance da telefonia móvel.

1.6 Infraestrutura

Pontos de Atenção:

- Margem para melhorar as taxas de domicílios ligados à rede de água;
- Coleta de lixo abaixo da média estadual e nacional;
- Domicílios ligados à rede de esgoto abaixo da média estadual e acima da nacional;
- Nível de densidade de telefonia móvel na região encontra abaixo das médias estadual e nacional, em todos os municípios da região;
- Domicílios com energia elétrica acima da média estadual e nacional.

[51] Percentual da população com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo.

Finalizando as análises gerais da Região 7, esta seção apresenta de forma sucinta os dados referentes às questões de infraestrutura. Compreende-se que a infraestrutura possibilita o desenvolvimento da região, pois abarca os serviços fundamentais como saneamento básico, transporte, energia elétrica, profissionais e equipamentos de saúde e telecomunicações, entre outros.

Dentre os itens fundamentais na infraestrutura de uma região está a ligação de domicílios à rede de água, uma vez que tem impacto direto na saúde e qualidade de vida da população, podendo também ter influência no setor produtivo. Segundo dados de 2010, para a Região 7, foi observada a taxa de 84,38% dos domicílios ligados a rede de água, no momento de realização das oficinas. Este índice para a região, ficava abaixo do encontrado no Paraná, que na mesma época era de 87,18%. Para efeitos comparativos, no Brasil a taxa de domicílios urbanos ligados à rede de água era de 93,5%[52]. Elevar a taxa de domicílios ligados à rede de água também é um desafio a ser enfrentado na região, pois tal medida ajuda a reduzir a mortalidade infantil, ajuda na saúde bucal, melhora a segurança alimentar e energética da população e do meio ambiente, podendo ter impactos positivos inclusive no setor produtivo da região.

Outro fator ligado à infraestrutura de uma região é a coleta de lixo. No caso da Região 7, em 2010, 62,4% dos domicílios eram atendidos por coleta de lixo. Este número ficava atrás da média estadual, que ficava em 79,41%, e abaixo da média nacional, que no período considerado, no momento da realização das oficinas, estava em 88,6%[53]. Neste caso, apesar de a média do país abrigar regiões onde a taxa de coleta era menor do que da Região 7, não se pode negar a necessidade de avanços neste item da infraestrutura, uma vez que a coleta e destinação adequada do lixo pode influenciar significativamente qualidade de vida, preservação do meio ambiente, na produtividade e até na geração e riquezas.

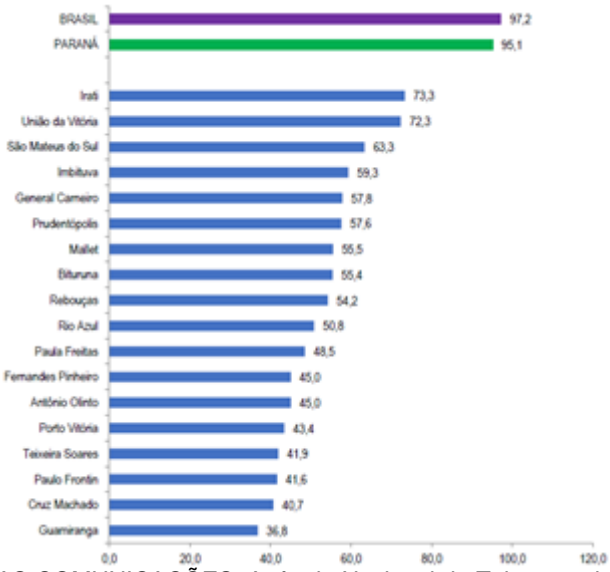
Completando este diagnóstico voltado à infraestrutura de saneamento da região, destaca-se ainda a taxa de domicílios ligados à rede de esgoto na região. Os dados disponíveis no momento da realização das oficinas indicavam que em 2010, eram 86,76% domicílios ligados à rede de esgoto na Região 7. Assim como aconteceu no caso das redes de coleta de lixo e fornecimento de água, o resultado da região é inferior ao do estado, que ficou em 87,51%. A diferença aqui, é que o índice da Região 7 é superior à média nacional no mesmo período, que ficou em 67,1%[54]. Os resultados deste diagnóstico ressaltam a necessidade de projetos, investimentos e ações no setor de infraestrutura de saneamento básico, pois como mencionado, os impactos tendem a se manifestar na qualidade de vida dos habitantes, no meio ambiente e no setor produtivo.

Ainda no contexto do diagnóstico de infraestrutura da Região 7, devem ser destacados indicadores ligados ao setor de comunicações e energia. Conforme dados do IPARDES, disponibilizados pelo Programa Paraná Produtivo, em 2021, a densidade de acesso à telefonia móvel no Brasil era de 97,2 para cada 100 habitantes, enquanto no Paraná esse número chegou a 95,0.

Na Região 7, nenhum município ficou acima da média nacional e estadual, conforme observado no Gráfico 19. Em oito municípios (quase a metade dos municípios da região) ficaram abaixo de 50,0% de densidade de acesso. Os municípios com percentuais mais altos não chegaram a 80,0%: Irati (73,3%) e União da Vitória (72,3%).

[52] Fonte: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-09-17/ibge-626-das-moradias-urbanas-tem-acesso-simultaneo-agua-esgoto-e-coleta-de-lixo.
[53] Fonte: https://www.camara.leg.br/noticias/409496-politica-de-residuos-solidos-enfrenta-desafio-de-sair-do-papel/.
[54] Fonte: https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/saneamento-basico/595-proporcao-de-domicilios-com-e-sem-acesso-a-rede-de-esgoto-censo-demografico?filters=1,199.

GRÁFICO 19 – Densidade de Telefonia Celular a Cada 100 Habitantes – Municípios da Região 7, Paraná e Brasil, 2020



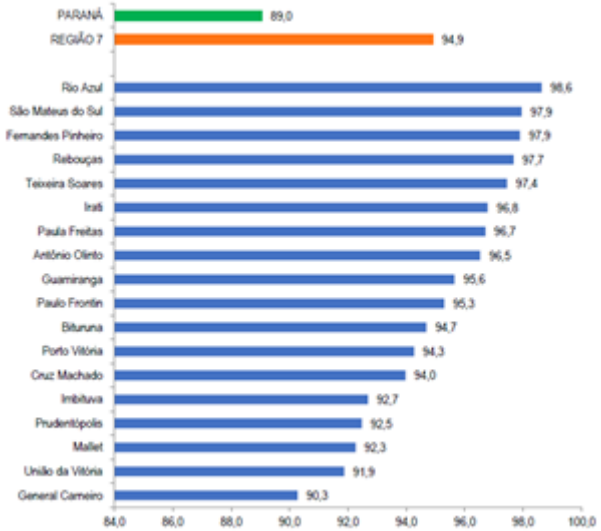
FONTE: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, 2020.
NOTAS: Dados de dezembro de 2020. A ANATEL publica mensalmente a quantidade de acessos no Brasil relativos aos principais serviços de telecomunicações, sendo que esses dados são fornecidos à ANATEL pelas próprias prestadoras de serviço. Os números de acesso por município para o serviço de telefonia móvel estão disponíveis somente a partir de janeiro de 2019.

O período pós pandemia consolidou as diferentes atividades no formato online, ou remoto. Modificaram-se os acessos a sistemas de aprendizagem, novas dinâmicas de trabalho, novas ferramentas de compra, novas formas de interação com o sistema bancário e com o sistema de saúde, alterando significativamente a forma das pessoas se comunicarem. Diante desta análise é relevante apontar que a Região 7 requer atenção especial no que se refere aos dados referentes à telefonia móvel. O desenvolvimento de projetos e investimentos para a ampliação da rede de telefonia móvel tende a contribuir para o avanço da região, podendo incrementar a atividade econômica, ajudar no enfrentamento de alguns desafios do sistema educacional e até influenciar na permanência de habitantes na região[55].

Outro fator preponderante relacionado com a infraestrutura de uma região é o acesso à energia elétrica, pautando-se como um dos pilares da infraestrutura de uma região. Cidades e regiões mais desenvolvidas, possibilitam acesso à energia para toda sociedade, seja em ambiente urbano, rural e ou industrial. Nesse sentido, a parte final desta seção é dedicada a uma análise do acesso à energia elétrica na Região 7, particularmente nos estabelecimentos agropecuários. Dados do Censo Agropecuário de 2017[56] indicavam que, no período de realização das oficinas, o percentual de estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica era de 89,0%. No Brasil, o percentual de estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica era de 83,5%[57], ficando atrás da média do estado do Paraná. O Gráfico 20 apresenta o percentual de estabelecimentos agropecuários com acesso a energia elétrica na Região 7, em comparação com o Paraná.

[55] Foi observado no levantamento de dados que o estado carece de informações mais detalhadas relativas ao acesso às telecomunicações.
[56] Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.
[57] Fonte: http://www.historico2.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=100281&tit=Censo-Agro-Parana-tem-mais-propriedades-com-energia-e-internet-do-que-a-media-nacional.

GRÁFICO 20 - Percentual de estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica (%) - municípios, Região 7 e Paraná - 2017



FONTE: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

Na Região 7, foram registrados 30.228 estabelecimentos, sendo 28.748 com acesso à energia elétrica, o que representa 94,8% do total, sendo 5,9 pontos percentuais maior que a média estadual. Das regiões do Projeto Paraná Produtivo, somente as Regiões 6 e 7 possuem percentual de estabelecimentos agropecuários com energia elétrica superior à média estadual. Na Região 7, dez municípios ficaram com valor acima do percentual regional, que é também superior ao estadual. Todos os outros oito municípios possuíam valor inferior ao regional, mas superior ao estadual, como mostra a figura 20.

Projetos voltados ao desenvolvimento regional, focados na produtividade ou desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário, devem contemplar uma ampliação da rede de acesso à energia elétrica, fortalecendo a qualidade de vida na região.

Conforme indicado ao longo desta seção, para além dos estabelecimentos agropecuários faz-se necessário ampliar a industrialização dos produtos agrícolas locais, fortalecer a rede de saneamento básico e telecomunicações, em especial a internet no campo, investimento nas áreas da saúde, ampliação da rede de esgoto e na coleta domiciliar de lixo.

Para que uma região promova a atratividade e fortaleça o bem-estar social, é condição mister a existência de uma boa infraestrutura, pois possibilita o desenvolvimento do empreendedorismo endógeno, assim como estimula a atração de investimentos e empreendimentos. Além disso, uma boa infraestrutura fortalece a competitividade regional, amplia a possibilidade de retenção de talentos e a própria geração de empregos, estimulando o desenvolvimento social, econômico e ambiental da sociedade e do próprio território.

Ao longo do texto são sugeridas ações de planejamento que possam melhorar os indicadores referentes a infraestrutura encontrados na região. A próxima seção diz respeito às considerações gerais acerca do território analisado à época.

1.7 Considerações Acerca da Região

Como observado ao longo deste relatório, a Região 7 possui uma economia diversificada, com forte presença da produção rural e com potencial para o turismo regional, o que pode se destacar pelo desenvolvimento sustentável da região, agregando valor ao turismo rural, ecoturismo e o turismo de aventura já disponibilizado em alguns municípios. Além disto nota-se a necessidade

de ampliar a industrialização dos produtos agrícolas locais, haja vista que há uma parcela significativa de moradores que residem na zona rural da região.

A educação é a base do desenvolvimento territorial, e o diagnóstico neste relatório aponta para a necessidade de investimentos que fortaleçam os ativos de conhecimento e tecnologia na Região 7. Isso possibilitaria a criação de oportunidades para que os jovens talentos possam exercer o direito de escolha em suas carreiras. Em relação aos indicadores de desempenho escolar, o planejamento integrado do estado do Paraná deverá fortalecer as ações para maior sucesso escolar e ampliação da permanência dos estudantes de nível superior, bem como o aumento dos percentuais de pessoas com formação de nível médio e superior. Faz-se necessário maior investimento na educação profissionalizante em nível técnico, bem como uma maior participação das instituições federais que ofertem diferentes cursos no ensino superior voltado às questões tecnológicas, de inovação e sustentabilidade.

Como observado neste relatório, a Região 7 possui uma população que crescerá nos próximos anos, desta forma, destaca-se uma força de trabalho produtiva em razão do elevado número de jovens e adultos que moram na região. Diante deste contexto, faz-se necessário um planejamento de ações que estejam atrelados as questões tecnológicas e de inovação. É fundamental estimular o empreendedorismo inovador endógeno para o desenvolvimento do território, por isso, planejar e executar Ambientes Promotores de Inovação, ou *habitats* de inovação, é primordial. Esses ambientes oportunizam a geração de empreendedorismo de oportunidade, vinculados a uma política territorial de desenvolvimento com legislações que fomentem a inovação, conectadas aos outros atores do ecossistema de inovação, como os atores de conhecimento, fomento, governamental, empresarial, institucionais e aos próprios *habitats* de inovação.

Em termos de infraestrutura, o diagnóstico apresentado no relatório indica uma demanda por projetos e investimentos voltados à ampliação das redes de água, esgoto e coleta de lixo na região. Melhoria na qualidade de vida das pessoas da região, passa por uma melhoria no acesso a serviços médicos e odontológicos, inclusive na própria presença de profissionais da saúde. No caso da telefonia móvel, estima-se um crescimento no agronegócio com a introdução da agricultura 4.0 e com o 5G, tornando-se premente o desenvolvimento de ações que democratizem o acesso à telefonia móvel de qualidade, assim como de energia limpa e acessível, tanto nos meios urbanos quanto nos meios rurais.

Em termos de produtividade, a região apresenta potencial de crescimento, principalmente nas questões voltadas ao agronegócio, nas quais as taxas se destacam quando comparadas às do estado e do país. Entretanto faz-se necessária a diminuição na taxa de pobreza e a elevação dos índices de desenvolvimento humano dos municípios. Um dos caminhos possíveis está agregado à melhoria da educação básica, do ensino superior, da ampliação dos espaços formais e informais de educação, que visem a troca dos conhecimentos e fomentem as questões de espaços voltados a tecnologia, a criatividade e a inovação como os espaços *makers, coworking*, *habitats* de inovação, entre outros.

Finalizando o relatório da Região 7, prevê-se que os projetos, investimentos e a melhoria da infraestrutura tragam resultados positivos para a qualidade de vida dos habitantes, o meio ambiente e a produtividade. Entende-se que a região poderá se beneficiar com a ampliação do capital humano, da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento do território.

Os pontos analisados ao longo deste relatório, que se torna uma fotografia do momento e que pode ter sofrido transformações ao longo do tempo. Desta forma, este relatório pode conter distorções que poderiam ser confirmadas com o desenvolvimento do monitoramento dos pontos de atenção levantados ao longo deste documento. Cabe ao responsável pelo planejamento compreender os dados apresentados e desenvolver ações que fortaleçam o pertencimento regional das pessoas que moram na região, assim como estratégias que promovam bem-estar social.

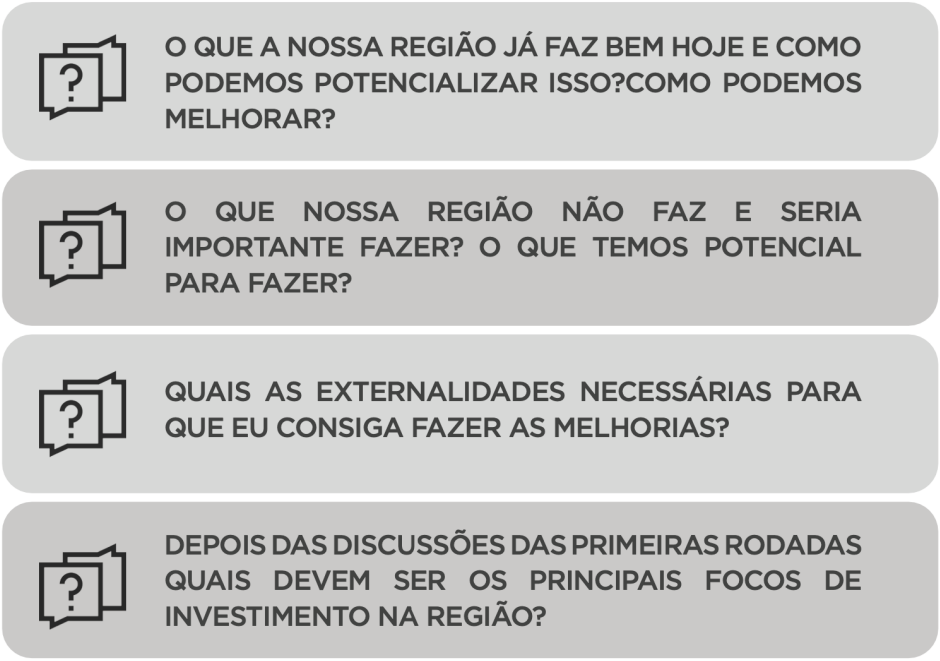
O próximo capítulo aborda as oficinas realizadas *in loco*, ressaltando o período específico de sua realização, e salientando que representam um retrato do momento.

2. OFICINAS REALIZADAS COM A REGIÃO 07 – Irati e União da Vitória.

2.1 Oficina de Mobilização e Diagnóstico

A primeira oficina da Região 7 foi realizada no dia 22 de julho de 2021, no período da tarde, às 13h30, na plataforma Paraná Produtivo. A Oficina de Diagnóstico foi iniciada com a seguinte pergunta: “Quais eram suas expectativas para o dia de hoje?” As respostas dos participantes sugeriram termos como: conhecimento, desenvolvimento regional e integração.

Em seguida, com o objetivo de instrumentalizar as discussões, o especialista, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Sr. Júlio Suzuki apresentou os dados referentes ao panorama socioeconômico da região. Posteriormente a apresentação, os participantes foram divididos em grupos para discutirem as principais demandas da região. Em cada grupo uma liderança de algum dos municípios foi convidada para ser anfitriã, mediar as discussões e estimular o protagonismo local. Nos grupos foram discutidas as seguintes questões:



Foi possível notar a participação ativa dos agentes locais, que apresentaram diversas questões consideradas relevantes para o desenvolvimento regional. Após as discussões, ao final da atividade, os anfitriões apresentaram as questões discutidas em seus grupos. Em geral elogiaram o Governo do estado do Paraná pela iniciativa e ressaltaram os aspectos positivos do Paraná Produtivo, a ser construído junto aos atores locais.

Na outra oficina, denominada “Mobilização e Diagnóstico” foi realizado um trabalho coletivo, com o objetivo de mapear as potencialidades da região e identificar as prioridades de investimento. Partindo dos apontamentos trazidos pelos participantes foi possível sistematizar os temas com

maior aderência às necessidades de desenvolvimento da região. Em seguida foram agrupadas as demandas de acordo com os eixos prioritários estabelecidos pelo Programa. Os resultados foram organizados da seguinte forma:



a. Pessoas

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	• Capacitar empresários na gestão eficiente do próprio negócio; • Investir em centro de formação profissional para indústria e logística; • Investir em educação profissional; • Investir na capacitação/profissionalização das empresas; • Investir na qualificação da mão de obra profissional; • Investimento em educação técnica (controles e manejos de pragas e solos, novas metodologias de criação de sementes com espécies mais resistentes); • Investir no Instituto Técnico de União da Vitória; • Investir em assistência técnica e capacitação; • Investir em capacitação profissional (cursos profisionalizantes - SESI/ SENAI/SEBRAEI; • Investir em educação empreendedora (criar ecossistemas de negócios em universidades e Instiuições de ensino); • Investir na educação (básica, profissionalizante, técnica, graduação, etc • Investir na capacitação profissional com diversificação de cursos; • Investir em assistência técnica e extensão rural.
CURSOS SUPERIORES	• Desenvolver pesquisa com recursos para universidades suprirem demandas industriais; • Criar polos universitários na interior e Implantar uma universidade federal; • Investir em educação superior

b. Infraestrutura

LOGÍSTICA	• Investir em infraestrutura para atrair novas indústrias; • Investir em infraestrutura de condomínios industriais e criar incentivo fiscal; • Criar loteamentos industriais; • Investir em ferrovias estaduais; • Investir em infraestrutura logística para escoamento (BR-153, BR-476, PR-446); • Investir em infraestrutura urbana e rural (rodovias, ferrovias, aeroporto, estrada, saneamento básico); • Investir em infraestrutura (malha viária, saneamento, porto seco, telecomunicações); • Investir em Infraestrutura de rodovias para escoamento da produção; • Criar um entreposto do Ceasa para distribuição dos produtos na região; • Investir em pavimentação da rodovia que liga Inácio Martins a Cruz Machado; • Investir na pavimentação da rodovia que liga Porto Vitória a Bituruna (PR-446); • Criar parques e centros tecnológicos.
REQUALIFICAÇÃO URBANA	• Criar áreas de lazer municipal.
SERVIÇOS BÁSICOS	• Investir em pontos de acesso a internet • Investir em conectividade urbana e rural (internet e telecomunicação) • Investir em infraestrutura (saneamento básico e pavimentação)

c. Sistemas Produtivos

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	• Divulgar linhas de crédito e programas de incentivos a pequenas empresas; • Estimular empresas na geração de emprego e renda (incentivo fiscal, subsídios); • Investir em programas de incentivo para atrair indústria; • Fortalecer a comunicação e o uso eficiente dos recursos de pequenos empresários; • Estimular empresas na geração de emprego e renda (incentivo fiscal, subsídios); • Incentivar a industrialização da região; • Investir em estudos sobre o arranjo produtivo local; • Incentivar a criação instalação de indústrias manufatureiras para geração de emprego.
INOVAÇÃO	• Investir em tecnologia e Inovação; • Investir em estudos sobre o arranjo produtivo local.
AGRICULTURA E PECUÁRIA	• Investir em estudos sobre o arranjo produtivo local; • Promover a agricultura familiar; • Investir em fruticutura; • Potencialzar os ativos territoriais e seus diferenciais (ex: agregar valor à erva mate, pinhão, fruticultura, etc) • Investir nas pequenas e médias propriedades rurais (para ampliar a produção agricola; • Investir em festas e feiras para comercialização de produtos regionais (festa da uva, festa da melancia, do kiwi, do feijão, da polenta, do pêssego, etc); • Promover a industrialização de produtos da região (exemplo: erva mate, madeira plantada, pinhão); • Investir em agroindústrias, turismo, infraestrutura viária e instalações);

AGRICULTURA E PECUÁRIA

- Desenvolver a hortifruti em substituição ao cultivo do fumo
- Promover integração do turismo regional;
- Promover e divulgar o turismo, a cultura e o meio ambiente regional;
- Investir em estudos sobre os arranjos produtivos locais;
- Promover o turismo regional.

d. Governança e Gestão

GOVERNANÇA E GESTÃO

- Desburocratizar e facilitar o acesso aos incentivos públicos;
- Simplificar as exigências de acesso ao crédito;
- Investir no turismo regional integrado (IGR Sul do Paraná, IGR Terra dos Pinheirais);
- Ampliar a representação política;
- Promover a regionalização dos serviços públicos;
- Estabelecer a tríplice hélice (governo estadual);
- Promover a integração regional;
- Flexibilizar comunidades locais com a inserção de cooperativas;
- Fortalecer a política regional (esfera estadual e federal).

2.2 Oficina de Oportunidades de Parcerias

A “Oficina Oportunidades de Parcerias da Região 7”, foi realizada no dia 24 de agosto de 2021, no período da tarde, com início às 13h30 e término às 17h30, via plataforma Paraná Produtivo. A condução e a facilitação da oficina foi realizada com o assessoramento de uma consultoria especializada, o que permitiu o engajamento e a participação dos atores locais e regionais, criando um ambiente favorável para discussões e empoderamento.

O Comitê Técnico Interinstitucional identificou as iniciativas do Governo do Estado do Paraná e das instituições parceiras do Programa, a fim de contribuir com a implementação das ações prioritárias dos planos regionais,que serviram de suporte para essa etapa do Paraná Produtivo.

Durante a Oficina de Oportunidades de Parcerias da Região 7, em plenária, o Sr.Thiago de Angelis, especialista da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes, apresentou as oportunidades de parcerias levantadas para a região. Neste momento também houve a apresentação dos especialistas que compõem o Comitê Técnico Interinstitucional. Em seguida os participantes foram divididos em grupos para que pudessem discutir sobre a construção da “Cesta de Oportunidades da Região”. Para isto foram designados 4 momentos:



RODADA 1

Escolhas de demandas a serem aprofundadas;

RODADA 2

Levantamento de oportunidades de parcerias – Quais soluções são as mais importantes para a região e com quem podemos firmar essas parcerias;

RODADA 3

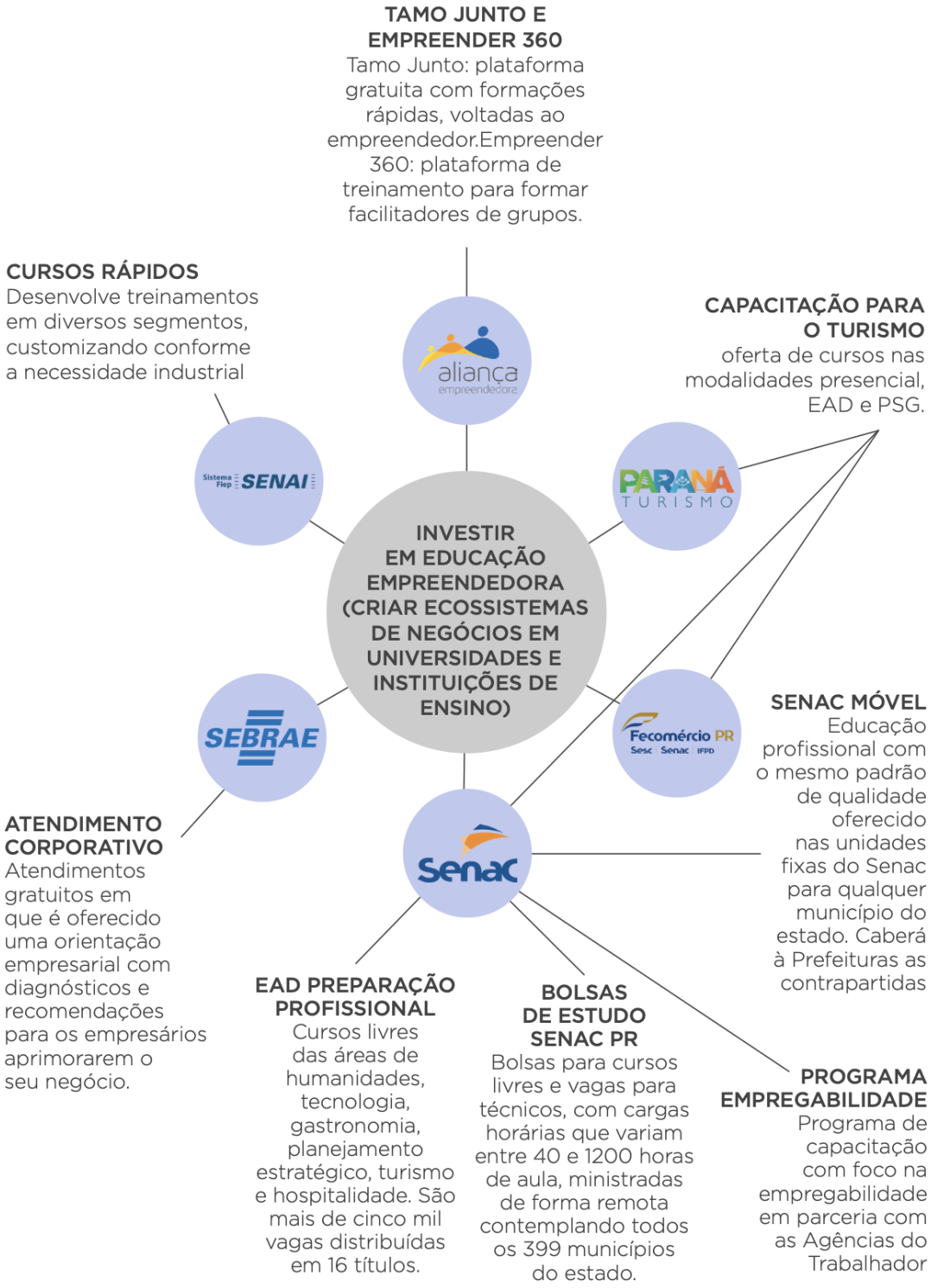
Validação com os especialistas do Comitê Técnico, que circularam virtualmente entre as salas;

RODADA 4

Consolidação da cesta de oportunidades.

Durante a Oficina de Oportunidades de Parcerias da Região 7, os participantes, com o auxílio do Comitê Técnico Interinstitucional, buscavam as soluções que melhor atendessem as demandas identificadas como importantes para o desenvolvimento da região. A seguir é apresentado um diagrama no qual as demandas regionais foram relacionadas, bem como os potenciais parceiros, com um exemplo para cada eixo do programa. Os dados completos de todas as demandas estão disponíveis para consulta no portal do Programa Paraná Produtivo.

a. Pessoas



No que se refere ao exemplo do eixo de *Pessoas* verifica-se que os participantes da Oficina de Oportunidades de Parcerias da Região 7, demandaram investimento em educação empreendedora, com à criação de ecossistemas de negócios em parceria com instituições educacionais. As potenciais parcerias identificadas apresentam cursos de qualificação e formação nas mais diversas áreas (SENAC, SENAI, SEJUF, SEBRAE e Escola de Gestão).

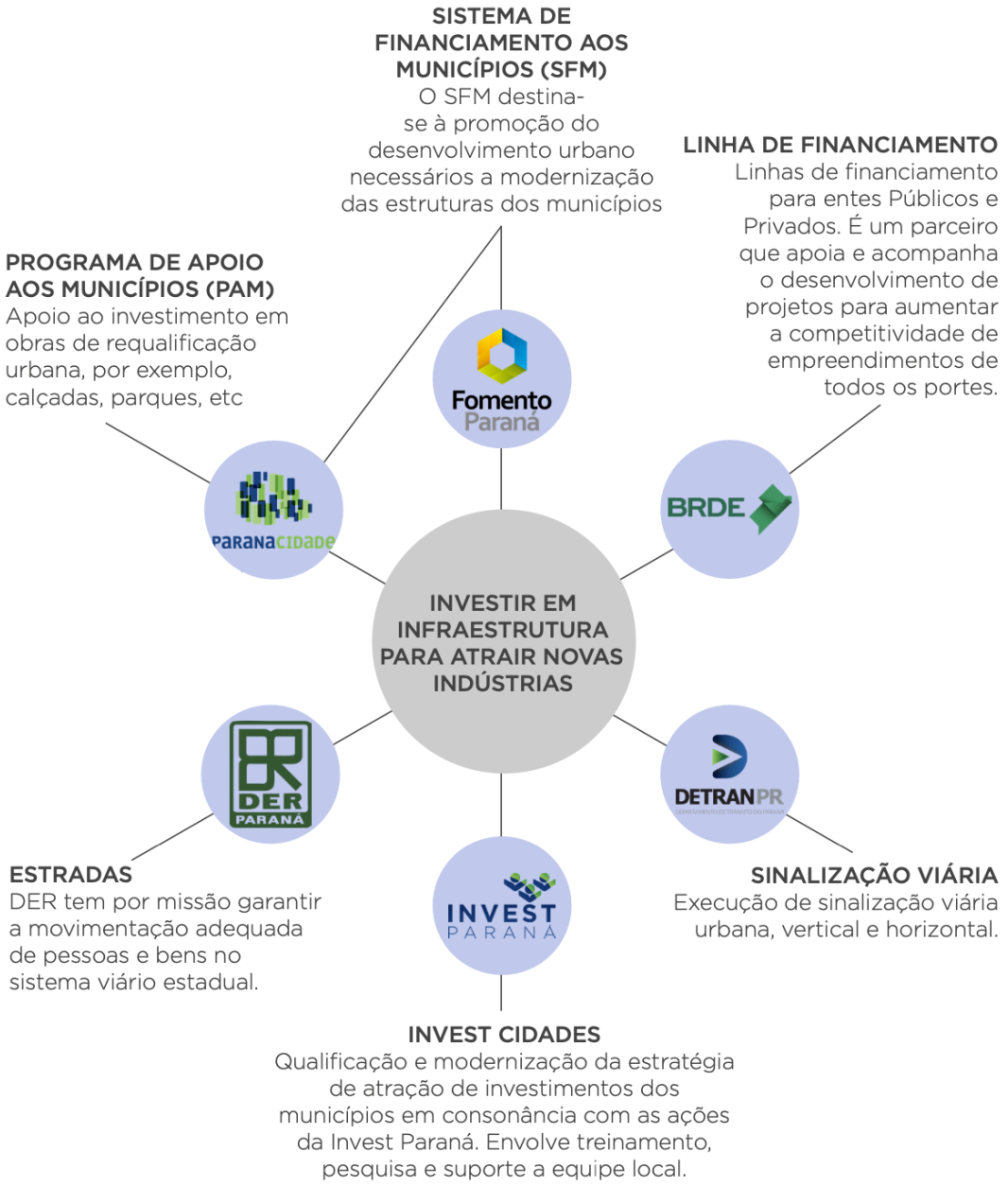
A Aliança Empreendedora foi uma possível parceria identificada para oferecer cursos por meio da plataforma “Tamo Junto”, que oferece cursos de qualificação voltados ao empreendedor.

b. Infraestrutura

O exemplo de demanda para este eixo trata do investimento na infraestrutura necessária para atrair novas indústrias. As oportunidades de parceria identificadas para atender essa demanda estão relacionadas a iniciativas que impactam a mobilidade como o Programa de Apoio aos Municípios da SEDU[58]/ParanaCidade (PAM) que, com financiamento da Fomento Paraná, incentiva a requalificação de estruturas urbanas nos municípios.

A INVEST PARANÁ foi identificada como potencial parceira pelo Programa Invest Cidade, que visa a qualificação e modernização da estratégia de investimento dos municípios.
Também foram identificadas soluções que podem atender a essa demanda, envolvendo parcerias do DETRAN, DER, BRDE e FOMENTO/PR.

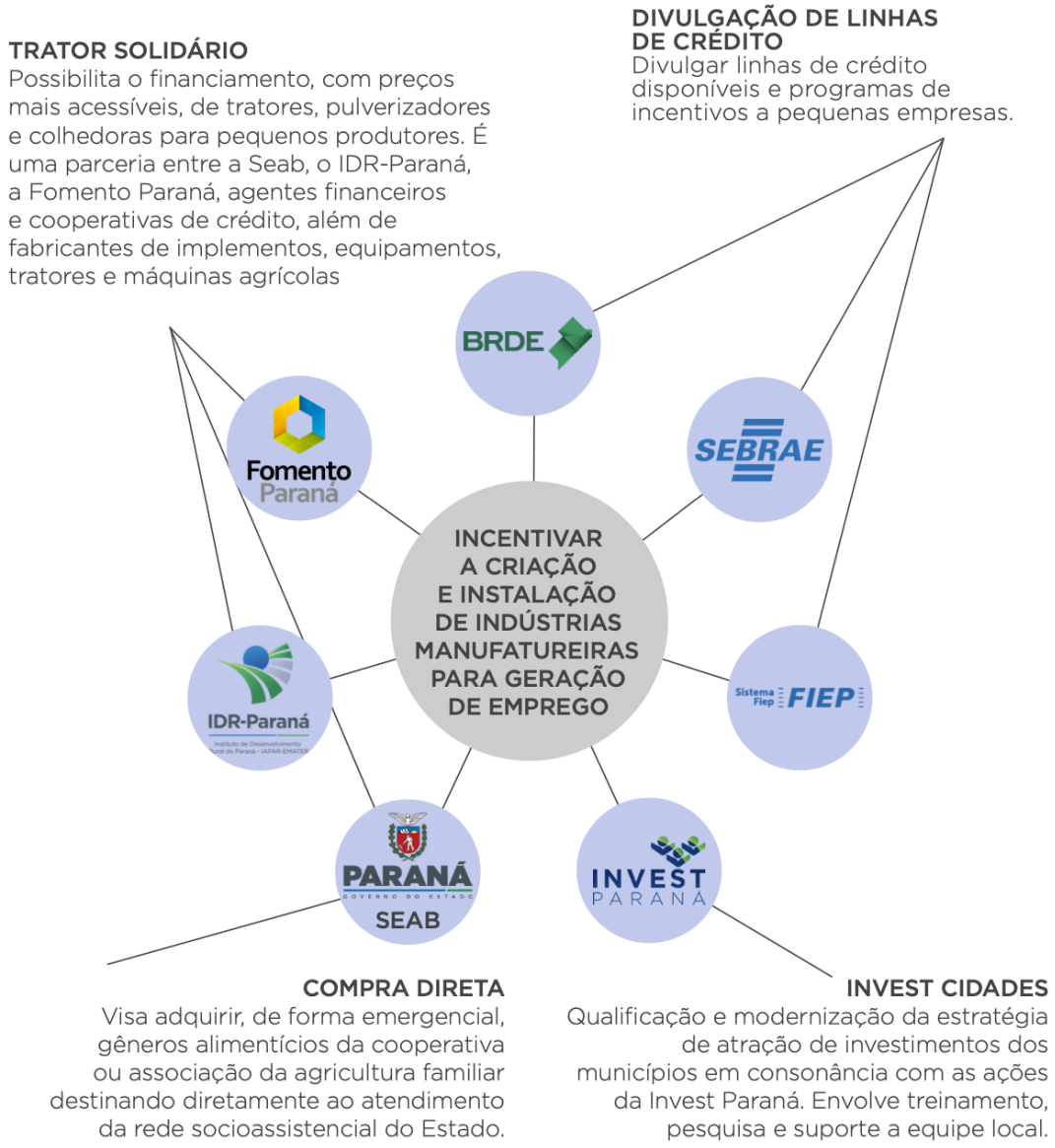
[58] Atualmente Secretaria de Estado das Cidades - SECID


SISTEMA DE FINANCIAMENTO AOS MUNICÍPIOS (SFM)
O SFM destina-se à promoção do desenvolvimento urbano necessários a modernização das estruturas dos municípios
LINHA DE FINANCIAMENTO
Linhas de financiamento para entes Públicos e Privados. É um parceiro que apoia e acompanha o desenvolvimento de projetos para aumentar a competitividade de empreendimentos de todos os portes.
PROGRAMA DE APOIO AOS MUNICÍPIOS (PAM)
Apoio ao investimento em obras de requalificação urbana, por exemplo, calçadas, parques, etc
Fomento Paraná
PARANACIDADE
BRDE
INVESTIR EM INFRAESTRUTURA PARA ATRAIR NOVAS INDÚSTRIAS
DER PARANÁ
DETRANPR
INVEST PARANÁ
ESTRADAS
DER tem por missão garantir a movimentação adequada de pessoas e bens no sistema viário estadual.
SINALIZAÇÃO VIÁRIA
Execução de sinalização viária urbana, vertical e horizontal.
INVEST CIDADES
Qualificação e modernização da estratégia de atração de investimentos dos municípios em consonância com as ações da Invest Paraná. Envolve treinamento, pesquisa e suporte a equipe local.

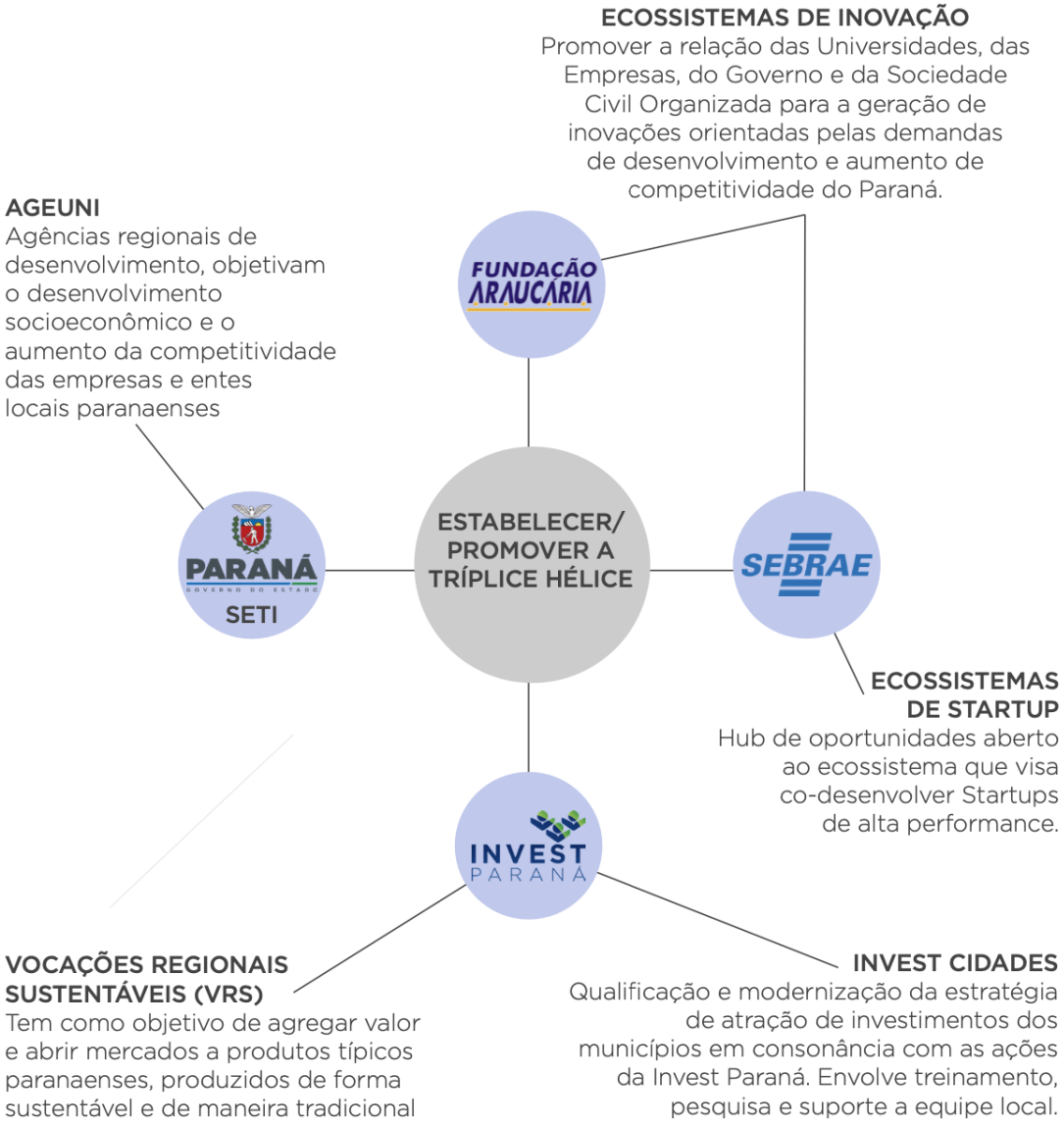
c. Sistemas Produtivos

No exemplo relacionado ao Eixo Sistemas Produtivos, verifica-se que uma das principais questões reivindicadas pela região pauta-se no incentivo à criação de indústrias manufatureiras para a geração de emprego. As oportunidades de parceria que visam contribuir para o atendimento a essa demanda estão relacionadas a divulgação das linhas de crédito disponíveis e os programas de incentivos a pequenas empresas de potenciais parcerias com SEBRAE, FIEP, BRDE, SENAC e FOMENTO/PR.

Além disso, identificam-se as soluções relacionadas ao acesso a mercados, como o Programa Compra Direta, assim como da ampliação do acesso ao financiamento de equipamentos e implementos agrícolas aos pequenos produtores, em parceria com o SEAB, IDR, FOMENTO/PR.



d. Governança e Gestão



No exemplo relacionado ao Eixo Governança e Gestão, os participantes demandaram estabelecer e promover a Tríplice Hélice, ou seja, a integração entre as empresas, governo e universidades.

Com o objetivo de agregar valor aos produtos, serviços e atrativos da região, os participantes identificaram que a iniciativa de Apoio às Vocações Regionais Sustentáveis (parceira com a INVEST PARANÁ) pode contribuir para o desenvolvimento de uma Cadeia de Valor Sustentável.

Foram identificadas também iniciativas relacionadas ao desenvolvimento de Ecossistemas de Inovação e de *Startups*, desenvolvidos pelos potenciais parceiros do SEBRAE e da Fundação Araucária, cujos objetivos convergem com soluções para as necessidades levantadas.

2.3 Oficina de Priorização

Com o objetivo de otimizar a alocação de recursos, a “Oficina de Priorização” procurou ranquear as demandas que precisam de maior atenção. Na Região 07, esta oficina ocorreu de forma remota, no dia 11 de novembro, das 13h30 às 17h30. Separados em grupos, os participantes discutiram coletivamente quais seriam as cinco ações de cada eixo, priorizadas para o desenvolvimento regional. Os resultados estão apresentados nos quadros abaixo:

a. Pessoas

No eixo de Pessoas, foram priorizados os investimentos em assistência técnica e extensão rural. Os participantes também destacaram a importância do investimento na educação em todos os níveis.

Investir em assistência técnica e extensão rural

TEMA: Capacitação e Formação
OPORTUNIDADES: 15
TEMPO: Curto
★ ★ ★ ★ ★

Investir em educação empreendedora (criar ecossistemas de negócios em universidades e instituições de ensino)

TEMA: Capacitação e Formação
OPORTUNIDADES: 8
TEMPO: Curto
★ ★ ★ ★ ★

Investir na educação (básica, profissionalizante, técnica, graduação, etc)

TEMA: Capacitação e Formação
OPORTUNIDADES: 16
TEMPO: Curto
★ ★ ★ ★ ★

Capacitar empresários na gestão do próprio negócio

TEMA: Capacitação e Formação
OPORTUNIDADES: 5
TEMPO: Curto
★ ★ ★ ★ ★

Investir em formação profissional para indústria, comércio e logística

TEMA: Capacitação e Formação
OPORTUNIDADES: 17
TEMPO: Curto
★ ★ ★ ★ ★

b. Infraestrutura

Investir em infraestrutura de pavimentação para fortalecer a logística para escoamento nas seguintes vias: BR-153, BR-476, PR -446, PR-281; e rodovia que liga Inácio Martins a Cruz Machado



TEMA: Logística
OPORTUNIDADES: 8
TEMPO: Longo
★ ★ ★ ★ ★

Criar parques e centros tecnológicos



TEMA: Logística
OPORTUNIDADES: 8
TEMPO: Médio
★ ★ ★ ★ ★

Investir em infraestrutura (saneamento, pavimentação, malha viária, porto seco, telecomunicações)



TEMA: Logística
OPORTUNIDADES: 12
TEMPO: Médio
★ ★ ★ ★ ★

Investir em infraestrutura para atrair novas indústrias



TEMA: Logística
OPORTUNIDADES: 5
TEMPO: Médio
★ ★ ★ ★ ★

Investir em infraestrutura urbana e rural (rodovias, ferrovias, aeroporto, estradas, saneamento básico)



TEMA: Logística
OPORTUNIDADES: 12
TEMPO: Longo
★ ★ ★ ★ ★

No eixo de infraestrutura foram levadas em consideração questões relacionadas ao transporte, logística, turismo e saneamento básico.

c. Sistemas Produtivos

No eixo Sistemas Produtivos apontou-se a necessidade do estímulo à geração de empregos. A criação e instalação de indústria manufatureira e o aumento da produção agrícola foram considerados prioritários para o desenvolvimento regional. Além destes, outros pontos foram elencados como o fortalecimento da agricultura familiar, bem como a promoção do turismo local.

Incentivar a criação e instalação de indústrias manufatureiras para geração de emprego



TEMA: Indústria, Comércio e Serviços
OPORTUNIDADES: 5
TEMPO: Médio
★ ★ ★ ★ ★

Investir nas pequenas e médias propriedades rurais (para ampliar a produção agrícola)



TEMA: Agropecuária
OPORTUNIDADES: 9
TEMPO: Curto
★ ★ ★ ★ ★

Promover a agricultura familiar



TEMA: Agropecuária
OPORTUNIDADES: 9
TEMPO: Curto
★ ★ ★ ★ ★

Promover o turismo regional



TEMA: Turismo
OPORTUNIDADES: 9
TEMPO: Curto
★ ★ ★ ★ ★

Estimular empresas na geração de emprego e renda (incentivo fiscal, subsídios)



TEMA: Indústria. Comércio e Serviços
OPORTUNIDADES: 6
TEMPO: Curto
★ ★ ★ ★ ★

d. Governança e Gestão

Desburocratizar e facilitar o acesso aos incentivos públicos



TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 1
TEMPO: Médio

★ ★ ★ ★ ★

Estabelecer/Promover a tríplice hélice



TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 6
TEMPO: Curto

★ ★ ★ ★ ★

Investir no turismo regional integrado (Instâncias de Governança Regionais Vales do Iguaçu e Terra dos Pinheirais)



TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 1
TEMPO: Curto

★ ★ ★ ★ ★

Flexibilizar comunidades locais com a inserção de cooperativas



TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 3
TEMPO: Curto

★ ★ ★ ★ ★

Promover uma gestão de governança mais democrática



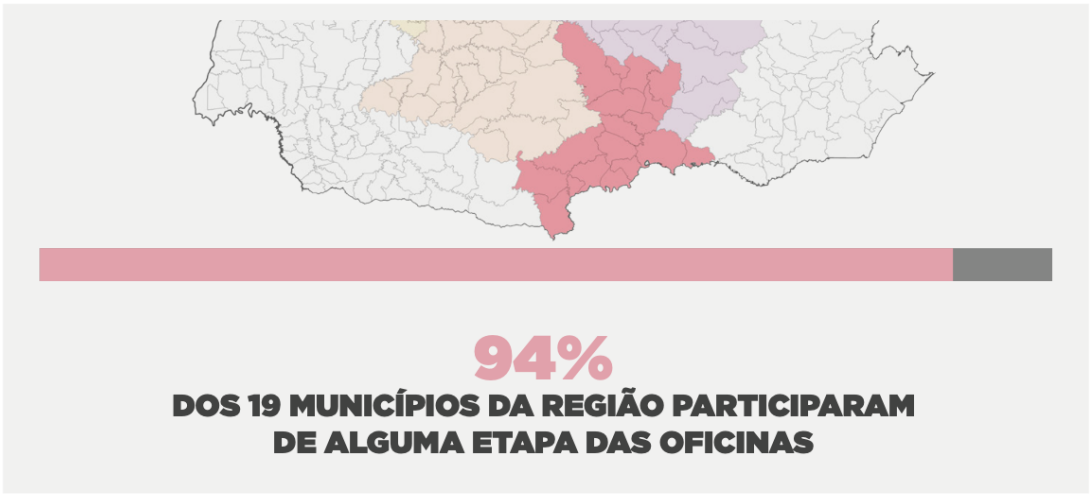
TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 1
TEMPO: Médio

★ ★ ★ ★ ★

Em Governança e Gestão, as discussões dos grupos destacaram a importância da promoção de uma gestão de governança mais democrática.

Em todos os quadros estão presentes, além da informação relativa à ação, o tema a qual ela faz parte, o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado, as parcerias possíveis para sua efetivação e a perspectiva de tempo.

e. Participação Social



94%

DOS 19 MUNICÍPIOS DA REGIÃO PARTICIPARAM DE ALGUMA ETAPA DAS OFICINAS



OFICINA DIAGNÓSTICO	OFICINA OPORTUNIDADES DE PARCERIAS	OFICINA PRIORIZAÇÃO
22/07/21	24/08/21	11/11/21

3. ANÁLISE DOS DESAFIOS PRIORIZADOS EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

Na oficina de priorização os participantes elegeram 5 prioridades de cada Eixo, que foram classificadas com estrelas de forma decrescente.

As prioridades da Região 7, no Eixo **Pessoas** foram:

- **a)** investir em assistência técnica e extensão rural;
- **b)** investir em educação empreendedora (criar ecossistemas de negócios em universidades e instituições de ensino);
- **c)** investir na educação (básica profissionalizante, técnica, graduação etc);
- **d)** capacitar empresários na gestão do próprio negócio; investir em formação profissional para a indústria, comércio e logística.

As prioridades elencadas pela região no Eixo Pessoas, estão coerentes com o retrato trazido pelo relatório, que aponta uma concentração da população da Região 7 na área rural. Neste território 39% das pessoas residem na zona rural, proporção maior do que a observada no estado e no País, e 61% das pessoas residem na área urbana.

O diagnóstico aponta a necessidade de se criar estratégias para manter os jovens no campo, e as prioridades de investir na assistência técnica rural, na educação e na capacitação dos empresários para gestão dos negócios próprios, podem ser considerados meios para atingir estes objetivos. Com acesso ao conhecimento, os jovens podem melhorar a produtividades das suas atividades na área rural, e isso pode se desdobrar em melhoria na sua própria qualidade de vida, fator determinante para a permanência do jovem no campo.

Segundo a Tabela 1, de todas as matrículas na qualificação profissional na região, 70% é ofertada pela rede estadual, 23,3% é oferecida pela rede privada e 6,7% está sob a responsabilidade da rede federal. Como este tema esteve muito presente nas demandas do Eixo Pessoas, é necessário verificar a possibilidade de aumentar essa oferta, direcionando essas novas vagas para as áreas de interesse apontadas, como empreendedorismo e gestão de negócios.

No Eixo **Infraestrutura** as prioridades foram:

- **a)** investir em infraestrutura de pavimentação para fortalecer a logística para escoamento nas seguintes vias: BR-153, BR-476, PR-446, PR-281, e rodovia que liga Inácio Martins a Cruz Machado;
- **b)** criar parques e centros tecnológicos; investir em infraestrutura (saneamento, pavimentação, malha viária, porto seco, telecomunicações);
- **c)** investir em infraestrutura para atrair novas indústrias;
- **d)** investir em infraestrutura urbana e rural (rodovias, ferrovias, aeroporto, estradas, saneamento básico).

Em relação à infraestrutura da Região 07, está previsto para o próximo quadriênio, entre outras ações, a pavimentação asfáltica na rodovia PR-364, no trecho de acesso a São Mateus do Sul. Será feita também a restauração entre o entroncamento da BR-277 e a Barragem Foz do Areia. Além das obras de manutenção e duplicação na BR-277. A melhoria na BR-476, demanda que permanece presente na região, está prevista dentro do novo PAC - Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

O saneamento básico, indicado também dentro das prioridades relacionadas à infraestrutura, abrange o acesso à água potável, esgotamento sanitário e coleta de lixo. O relatório apontou espaço para melhora dessa cobertura na Região 7, pois apenas 84,38% dos municípios estavam ligados à rede de água, somente 62,4% dos municípios eram atendidos pela coleta de lixo, e 86,76% estavam ligados à rede esgoto. Dados inferiores aos apresentados pelas médias do estado.

Um aspecto positivo da infraestrutura regional, é que a média de domicílios ligados à energia elétrica está acima da média estadual e nacional. O que pode colaborar com todas as demandas priorizadas, mas especialmente com as ligadas ao Eixo Sistemas Produtivos.

No Eixo **Sistemas Produtivos** foram priorizados:

a) incentivar a criação e instalação de indústrias manufatureiras para geração de emprego;
b) investir nas pequenas e médias propriedades rurais (para ampliar a produção agrícola);
c) promover a agricultura familiar;
d) promover o turismo regional;
e) estimular empresas na geração de emprego e renda (incentivo fiscal, subsídios).

Os dados do relatório mostram a produção de Erva-mate como uma atividade econômica importante para a região. De toda a produção do Estado do Paraná, 74,9% da produção de erva-mate foi realizada na região (Figura 4). O produto recebeu o selo de Identificação Geográfica em 2017, o que atesta a qualidade da erva-mate do Sul do Paraná. Portanto, essa atividade pode ainda expandir, bem como ser integrada com outras atividades econômicas, como o turismo rural.

A promoção da agricultura familiar e o incentivo a criação e instalação de indústrias manufatureiras para a geração de emprego na região, é uma prioridade que demonstrou ser, no exemplo da erva-mate, bem-sucedida na região. A produção e o beneficiamento de produtos que se adaptem bem ao clima e a produção em pequena propriedade pode gerar um ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento regional.

O turismo regional também é apresentado no diagnóstico com potencial de crescimento. Entre os atrativos que são explorados estão as águas sulfurosas de Mallet e as cachoeiras de Prudentópolis. A atividade turística tende a trazer recursos externos para serem gastos dentro do território, o que gera, através do efeito multiplicador, crescimento dos demais setores econômicos. O desenvolvimento de projetos nessa área pode ser positivo para região.

No Eixo **Governança e Gestão**, foram priorizados:

a) desburocratizar e facilitar o acesso aos incentivos públicos;
b) estabelecer/promover a tríplice hélice;
c) investir no turismo regional integrado (Instâncias de Governanças Regionais Vales do Iguaçu e Terra dos Pinheirais);
d) flexibilizar comunidades locais com a inserção de cooperativas;
e) promover uma gestão de governança mais democrática.

O fortalecimento do Conselho Gestor Regional, com a formalização do estatuto e a participação ativa dos membros em reuniões periódicas, pode concretizar regionalmente as demandas relativas à governança e gestão. O fortalecimento da tríplice hélice, ou seja, da cooperação entre a universidade, a indústria e o governo, para desenvolver inovação e projetos de desenvolvimento, pode ser alcançada através do envolvimento dos membros do Comitê Técnico Interinstitucional do Paraná Produtivo, que abarca essas instituições e tem também esta finalidade.

Na região 07, as prioridades eleitas para serem incialmente desenvolvidas foram: **fortalecer a agroindústria e a agricultura familiar** e **promover o turismo regional**. Elas representam uma boa síntese da relação entre os dados dos relatórios, as demandas das oficinais e o potencial da região.

3.1 Considerações e síntese dos levantamentos do diagnóstico socioeconômico e da oficina de mobilização

EIXO PESSOAS		
PRINCIPAIS PONTOS		**CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	**OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)**	
• Participação elevada da população rural no total de residentes; • População total começa a declinar em meados da próxima década; • Distorção idade-série inferior à média do Estado; • IDEB abaixo da meta (anos finais do ensino fundamental e ensino médio); • Baixo número de médicos por mil habitantes.	• Investimento em assistência técnica e extensão rural; • Investimento em educação empreendedora (criar ecossistemas de negócios em universidades e outras instituições de ensino); • Investimento na educação (básica profissionalizante, técnica, graduação etc); • Capacitação de empresários na gestão do próprio negócio; investimento em formação profissional para a indústria, comércio e logística.	• Considerável contingente de pessoas no meio rural torna ainda mais importante a dinamização da economia agropecuária local; • Baixa densidade demográfica, em algumas áreas, impõe desafios à oferta de alguns serviços públicos; • Déficit no número de profissionais de saúde talvez justifique o fortalecimento de consórcios municipais nessa área; • Análise das finanças públicas municipais é importante para ações de equilíbrio fiscal e, consequentemente, melhor prestação de serviços.

EIXO INFRAESTRUTURA		
PRINCIPAIS PONTOS		**CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	**OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)**	
• Margem para melhoria da proporção de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água; • Cobertura do esgotamento sanitário abaixo da média estadual; • Todos os municípios da região apresentam densidade da telefonia móvel inferior à média paranaense.	• Investimento em pavimentação nas seguintes rodovias: BR-153, BR-476, PR-446, PR-281 e rodovia que liga Inácio Martins a Cruz Machado; • Criação de parques e centros tecnológicos • Investimento em infraestrutura de saneamento, transporte rodoviário e telecomunicações; • Investimento em infraestrutura para atrair indústrias; • Investimento em infraestrutura urbana e rural.	• Baixa densidade populacional compromete retornos econômicos na prestação de alguns serviços básicos. Formas de compensação podem ser estudadas; • Pleitos na área da infraestrutura de transportes precisam estar respaldados em planos logísticos das esferas estadual e federal; • Criação de parques tecnológicos exige modelagem para a captação de poupanças privadas; • Para a melhoria de infraestruturas urbana e rural, há recursos estaduais disponíveis.

EIXO SISTEMAS PRODUTIVOS		
PRINCIPAIS PONTOS		**CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	**OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)**	
• Valor Adicionado Fiscal Industrial por estabelecimento inferior à média estadual; • Potencial turístico; • Pequenos municípios com baixo PIB per capita.	• Incentivo à instalação de indústrias; • Investimento em pequenas e médias propriedades rurais (para ampliar a produção agrícola); • Promoção da agricultura familiar; • Promoção do turismo regional; • Estímulo às empresas para a geração de emprego e renda (incentivo fiscal, subsídios).	• A região demanda choque de capital, principalmente industrial, o que torna ainda mais importante o avanço em termos de infraestrutura econômica e capital humano; • Ações específicas para o desenvolvimento da agricultura familiar são desejáveis, dado o peso da população rural na região; • Estímulo às empresas pela via de incentivos fiscais deve considerar as futuras mudanças no que diz respeito à legislação, inclusive federal.

EIXO GOVERNANÇA E GESTÃO		
PRINCIPAIS PONTOS		**CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	**OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)**	
• Concentrado em números da saúde e educação.	• Desburocratização e facilitação do acesso aos incentivos públicos; • Investimento no turismo regional integrado; • Promoção de cooperativas em comunidades locais; • Democratização das gestões.	• Estado do Paraná oferece apoio técnico e crédito em determinadas áreas, como o desenvolvimento urbano, facilitando o acesso das prefeituras; • O cooperativismo apresenta melhores resultados com uma governança estruturada, com a participação de um agente privado organizador; • Para a democratização da gestão, há inúmeros exemplos municipais, respaldados em legislações específicas (estabelecimento de conselhos, comitês, etc).

3.2 Convergência das prioridades regionais com os Programas do Governo do Estado do Paraná

EIXO	PRIORIDADE	ARTICULAÇÃO COM O PPA 2024-2027 DO ESTADO DO PARANÁ?	EM CASO POSITIVO, COM QUAL PROGRAMA DO PPA DO ESTADO?	NOME DO PROGRAMA	EXIGE ARTICULAÇÃO COM A INICIATIVA PRIVADA?
PESSOAS	INVESTIR EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
	INVESTIR EM EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA (CRIAR ECOSSISTEMAS DE NEGÓCIOS EM UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO)	SIM	9	PARANÁ MAIS INOVAÇÃO	SIM
	INVESTIR NA EDUCAÇÃO (BÁSICA PROFISSIONALIZANTE, TÉCNICA, GRADUAÇÃO ETC.)	SIM	32	EDUCAÇÃO: TRANSFORMA PARANÁ	SIM
	CAPACITAR EMPRESÁRIOS NA GESTÃO DO PRÓPRIO NEGÓCIO; INVESTIR EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A INDÚSTRIA, COMÉRCIO E LOGÍSTICA	SIM	36	TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	SIM
INFRAESTRUTURA	INVESTIR EM INFRAESTRUTURA DE PAVIMENTAÇÃO PARA FORTALECER A LOGÍSTICA PARA ESCOAMENTO NAS SEGUINTES VIAS: BR-153, BR-476, PR-446, PR-281, E RODOVIA QUE LIGA INÁCIO MARTINS A CRUZ MACHADO	SIM	17	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E DA LOGÍSTICA	SIM
	CRIAR PARQUES E CENTROS TECNOLÓGICOS; INVESTIR EM INFRAESTRUTURA (SANEAMENTO, PAVIMENTAÇÃO, MALHA VIÁRIA, PORTO SECO, TELECOMUNICAÇÕES)	SIM	9	PARANÁ MAIS INOVAÇÃO	SIM
	INVESTIR EM INFRAESTRUTURA PARA ATRAIR NOVAS INDÚSTRIAS	SIM	17	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E DA LOGÍSTICA	SIM
	INVESTIR EM INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL (RODOVIAS, FERROVIAS, AEROPORTO, ESTRADAS, SANEAMENTO BÁSICO)	SIM	17	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E DA LOGÍSTICA	SIM

SISTEMAS PRODUTIVOS	INCENTIVAR A CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS MANUFATUREIRAS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO	SIM	20	PARANÁ: ESTADO QUE EMPREENDE E TRANSFORMA	SIM
	INVESTIR NAS PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS (PARA AMPLIAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA)	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
	PROMOVER A AGRICULTURA FAMILIAR	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
	PROMOVER O TURISMO REGIONAL	SIM	21	PARANÁ MAIS TURISMO	SIM
	ESTIMULAR EMPRESAS NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA (INCENTIVO FISCAL, SUBSÍDIOS)	SIM	20	PARANÁ: ESTADO QUE EMPREENDE E TRANSFORMA	SIM
GOVERNANÇA E GESTÃO	DESBUROCRATIZAR E FACILITAR O ACESSO AOS INCENTIVOS PÚBLICOS	SIM	7	GESTÃO PÚBLICA, TRANSPARÊNCIA & COMPLIANCE	SIM
	ESTABELECER/PROMOVER A TRÍPLICE HÉLICE	SIM	9	PARANÁ MAIS INOVAÇÃO	SIM
	INVESTIR NO TURISMO REGIONAL INTEGRADO (INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇAS REGIONAIS VALES DO IGUAÇU E TERRA DOS PINHEIRAIS)	SIM	21	PARANÁ MAIS TURISMO	SIM
	FLEXIBILIZAR COMUNIDADES LOCAIS COM A INSERÇÃO DE COOPERATIVAS	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
	PROMOVER UMA GESTÃO DE GOVERNANÇA MAIS DEMOCRÁTICA	SIM	12	PARANÁ: GESTÃO EFETIVA	SIM